



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

5°DRPRF	Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
BOP	Boletim de Ocorrência Policial
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGRH	Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGU	Controlaria-Geral da União
Ciee	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
Coen	Coordenação Geral de Ensino
CRET	Comissão Regional de Educação para o Trânsito
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CSR	Comando de Saúde Rodoviário
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
Denatran	Departamento Nacional de Trânsito
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
Disas	Divisão de Saúde e Assistência Social
Ditran	Divisão de Trânsito
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNRC	Documento de Notificação e Recolhimento de CNH
DOU	Diário Oficial da União
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN	Instrução Normativa
Infoseg	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
IS	Instrução de Serviço
ISDN	<i>Integrated Services Digital Network</i> (Rede Digital de Serviços Integrados)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF	Núcleo Administrativo e Financeiro
NAP	Núcleo de Administração de Pessoal
NCAI	Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
NDD	Natureza de Despesa Detalhada
NPF	Núcleo de Policiamento e Fiscalização

Nuad	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PCDP	Proposta de Concessão de Diárias e Passagens
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PR	Procuradoria da República
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sest	Serviço Social do Transporte
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
Siasg	
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
Siger	Sistema de Informações Gerenciais
SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Spiunet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU/RR	Superintendência do Patrimônio da União em Roraima
SRP	Sistema de Registro de Preços
TA	Testes de Alcoolemia
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UOP	Unidade Operacional
VF	Veículos Fiscalizados

LISTA DE QUADROS

I	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO 5ºDRPRF/RR.
II	IDENTIFICAÇÃO DA UJ
III	PROGRAMAS DE GOVERNO
IV	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO 5ºDRPRF/RR.
V	TOTAL DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS AO 5º DRPRF/RR
VI	PI 1413SDH (ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA SEXUAL)
VII	PLANO INTERNO 1404CFP CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL)
VIII	PLANO INTERNO 1404G (CAPACITACAO DO PILICIAL RODOVIARIO FEDERAL)
IX	PLANO INTERNO 1404G1 (CAPACITACAO DE SERV. DO DPRF - AREA MEIO)
X	CAPACITAÇÕES REALIZADAS COM APLICAÇÃO DE RECURSOS
XI	CAPACITAÇÕES REALIZADAS SEM APLICAÇÃO DE RECURSOS
XII	QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS
XIII	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS
XIV	PI 1402UF (AQUISICAO DE UNIFORMES/FARDAMENTO)
XV	PI 1408DCC (OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME)
XVI	PI 1408E (ABASTECIMENTO DA FROTA DO DPRF)
XVII	PI 1408H (MANUTENCAO DA FROTA DO DPRF)
XVIII	PI 1408J (PAGAMENTO DE DIARIAS DE OPERACOES)
XIX	PI 1408L (AQUISICAO DE MATERIAL E SRV.POLICIAMENTO)
XX	PI 1408STL (OPERACAO SENTINELA)
XXI	PI 1408VS (POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ROD. E ESTR. FED.)
XXII	INDICADORES PARA AS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO
XXIII	PROCEDIMENTO X MÊS
XXIV	OPERAÇÕES NACIONAIS (FERIADOS PROLONGADOS)
XXV	RESUMO DAS AÇÕES ESPECÍFICAS DESEMPENHADAS
XXVI	DADOS OPERACIONAIS
XXVII	PI 1409H (SERVICO DE INTELIGENCIA DA PRF)
XXVIII	PI 1410A (ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS)
XXIX	COMANDO DE SAÚDE RODOVIÁRIO REALIZADOS EM 2011
XXX	PI 1403CGA (DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGA)
XXXI	PI 1403CGO (DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGO)
XXXII	PI 1403CGPLAM (DIARIAS ADMINISTRATIVAS CGPLAM)
XXXIII	PI 1403RT (DIARIAS E PASSAGENS REUNIOES DE TR)
XXXIV	PI 1403S (GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA)
XXXV	PI 5001CM (PREP. EMPR. FORCA NAC. SEG. PUB. P/ OS JOGOS)
XXXVI	PI 1406CEL (SERVICO DE TELEFONIA MOVEL)
XXXVII	PI 1406TD (TRANSMISSAO DE DADOS)
XXXVIII	PI 1406TEL (SERVICO DE TELEFONIA)
XXXIX	PI 1406TIM (MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TI)
XL	PI 2NFDA058 (FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOR – NACIONAL)
XLI	PI 2NFDA058 (FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOR – NACIONAL)
XLII	MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA
XLIII	DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS

XLVII	FORÇA DE TRABALHO DA UJ
XLVIII	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ
XLIX	ETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
L	QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
LI	QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
LII	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS
LIII	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO
LIV	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS
LV	QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES
LVI	CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
LVII	DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR
LVIII	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ
LVIX	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
LX	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO
LXI	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ
LXII	DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR
LXIII	DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)
LXIV	CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

LISTA DE GRÁFICOS

- I QUANTIDADE DE ACIDENTES (2010 - 2011)
- II QUANTIDADE DE MORTOS (2010 - 2011)
- III QUANTIDADE DE FERIDOS (2007 - 2011)
- IV PROCEDIMENTOS X MÊS
- V APREENSÃO DE COMBUSTÍVEIS
- VI APREENSÃO DE ENTORPECENTES

S U M Á R I O

ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	13
INTRODUÇÃO.....	21
PARTE A - CONTEÚDO GERAL.....	24
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO.....	24
1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	24
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO 5ºDRPRF/RR.....	25
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO 5ºDRPRF/RR.....	25
2.1.1. Competência Institucional.....	25
2.1.2. Objetivos Estratégicos.....	27
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	28
2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico do DPRF.....	28
2.2.2. Análise do Plano de Ação do 5ºDRPRF/RR Referente ao Exercício 2011.....	30
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	32
2.3.1. Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade do 5ºDRPRF/RR.....	33
2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas Pelo 5ºDRPRF/RR.....	33
2.3.2.1. AÇÃO 8787 – Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – PAIR.....	36
2.3.2.2. AÇÃO 2524 – Capacitação dos Servidores do DPRF.....	36
2.3.2.2.1 Capacitações Realizadas com Aplicação de Recursos Financeiros.....	37
2.3.2.2.2 Capacitações Realizadas sem Aplicação de Recursos Financeiros.....	38
2.3.2.3. AÇÃO 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	39
2.3.2.4. AÇÃO 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	51
2.3.2.5. AÇÃO 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	52
2.3.2.6. AÇÃO 2000 – Administração da Unidade.....	55
2.3.2.7. 12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.....	57
2.3.2.8. 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	58
2.3.2.9. AÇÃO 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.....	60
2.3.2.10. Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas.....	60
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO.....	61
2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	62
2.4.2. Programação de Despesas Correntes.....	62
2.4.3. Programação de Despesas de Capital.....	62
2.4.3.1. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	62
2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	62
2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa.....	63
2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários do 5ºDRPRF/RR.....	63
2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo 5ºDRPRF/RR por Movimentação.....	63
2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	63

2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	64
2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	66
2.4.7. Indicadores Institucionais.....	67
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	68
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES.....	69
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	69
4.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	69
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	70
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	70
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição do 5ºDRPRF/RR.....	70
5.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	70
5.1.3. Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Unidade Jurisdicionada.....	71
5.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	72
5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	72
5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	73
5.2.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	73
5.2.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	73
5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	73
5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	75
5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	76
5.5.1. Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	76
5.5.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	76
5.5.3. Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade	77
5.5.4. Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	78
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	78
6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2011.....	78
7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NOS SISTEMAS SIASG E SICONV.....	78
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO	

TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	78
8.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	78
8.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	79
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO 5ºDRPRF/RR.....	79
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	81
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DO 5ºDRPRF/RR.....	82
11.1. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	82
11.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	83
11.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	83
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	84
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	84
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	85
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	85
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	85
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	87
15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	87
15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	87
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	87
PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.	88
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELO 5ºDRPRF/RR.....	88

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretário-Executivo

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Paulo Machado

Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Diretor Geral

Maria Alice Nascimento Souza

5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal/Roraima

Chefe do Distrito

Reginaldo Conrado Pinheiro

Núcleo Administrativo e Financeiro

Rommel Pessoa Dantas

Núcleo de Policiamento e Fiscalização

Giancarlo Azevedo Guirotti

Núcleo de Administração de Pessoal

Kátia Regina Schwab

Núcleo de Correição e Assuntos Internos

Igo Gomes Brasil

Missão Institucional

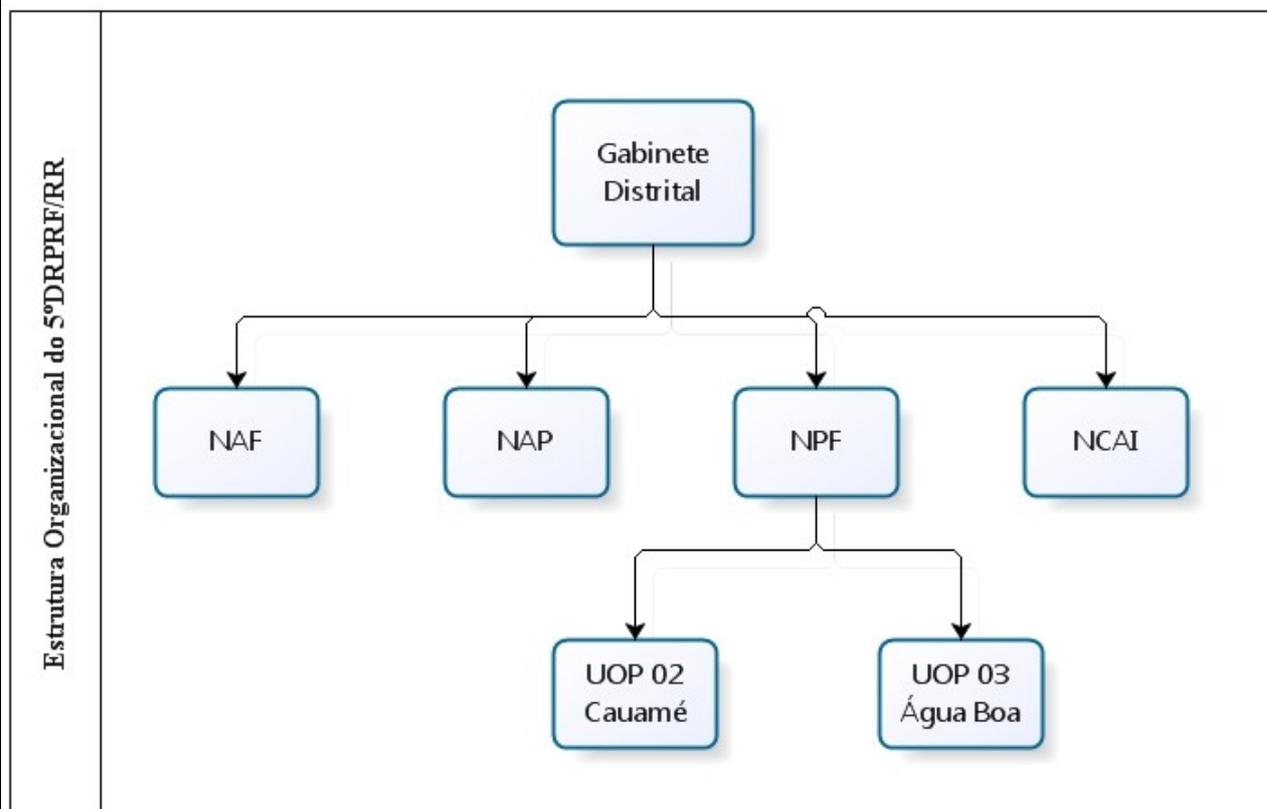
“Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.”

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A seguir, descrevemos de forma sucinta as competências e atribuições, com base no Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), dos núcleos e setores que compõem o organograma hierárquico do 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal (5ºDRPRF/RR).

As informações abaixo possibilitam conhecer os vínculos entre as diversas subdivisões do 5ºDRPRF/RR.

QUADRO I – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO 5ºDRPRF/RR

**Identificação das Unidades Operacionais – UOP****UOP**

Unidade Operacional (UOP) do Cauamé	Localização: BR 174, Km 512, Boa Vista, RR
Unidade Operacional (UOP) do Água Boa	Localização: BR 174, Km 491, Boa Vista, RR

Fonte: Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007 (Regimento Interno) e NPF

A seguir destacamos as competências de cada Núcleo deste 5ºDRPRF/RR, aprovadas pelo Regimento Interno do DPRF, conforme Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007:

Art. 96. Aos Distritos Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-officio, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 97. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades de policiamento e segurança rodoviária, inspeção e fiscalização do trânsito, transporte de pessoas e bens, prevenção e repressão de roubo e furto de veículos e de cargas, identificação e monitoramento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, elaborar estatísticas, transitometria e executar o credenciamento de escoltas;

II - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

a) atendimento pré-hospitalar e resgate

b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos;

d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;

e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;

h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;

i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

III - acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades

acima elencadas;

IV - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso II;

V - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II;

VI - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VII - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VIII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

IX - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

X - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

XI - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XII - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências;

XIII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário;

XIV - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material, informações pertinentes à estadia, locomoção, alimentação e demais dados necessários ao planejamento logístico, quando da realização de operações fora de sua circunscrição;

XV - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: corpo de motociclismo, grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros;

XVI - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

XVII - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades do Distrito

Regional, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

XVIII - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registro de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

XIX - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

XX - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infrações e autos de infrações distribuídos, extraviados ou danificados;

XXI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

XXII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

XXIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas;

XXIV - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI; e

XXV - coordenar e controlar as atividades da Central de Informação Operacional - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta.

Art. 98. Ao Núcleo Administrativo e Financeiro compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - executar as atividades inerentes às aquisições de materiais e serviços de interesse do Distrito Regional;

III - auxiliar na elaboração de editais de licitação, minutas de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações;

IV - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

V - coordenar e analisar os atos relacionados aos procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades;

VI - comunicar ao superior hierárquico os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação no âmbito do Distrito Regional;

VII - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

VIII - controlar e executar os recursos recebidos, além de emitir notas de empenho, efetuando, quando necessário, reforços e cancelamentos;

IX - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

X - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

XI - controlar, conferir e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

XII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de

contratos;

XIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

XIV - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

XV - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XVI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XVII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários;

XVIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio do Distrito Regional;

XIX - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores do Distrito para pronto atendimento quando solicitado; e

XX - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de servido da Unidade Regional, bem como

Art. 99. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de estágios, cursos, concursos públicos e outros processos seletivos;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares

à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VI - planejar e executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da Gratificação Desempenho de Atividade Técnica Administrativa - GDATA, bem como as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

VIII - instruir os processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União;

- IX - auxiliar o Chefe de Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;*
- X - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;*
- XI - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;*
- XII - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;*
- XIII - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;*
- XIV - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;*
- XV - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;*
- XVI - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;*
- XVII - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;*
- XVIII - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;*
- XIX - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;*
- XX - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;*
- XXI - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;*
- XXII - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;*
- XXIII - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;*
- XXIV - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;*
- XXV - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:*
- a) concessão de plano de saúde;*
 - b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;*
 - c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;*
 - d) apoio de saúde institucional;*
 - e) higiene e saúde no trabalho;*
 - f) perícias;*

- g) doenças do trabalho;
- h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;
- i) medicina do trabalho;
- j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;
- l) juntas médicas regionais.

XXVI - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

XXVII – auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

XXVIII - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

XXIX - realizar o acompanhamento técnico dos cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

XXX - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas;

XXXI – representar a Unidade Regional local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas;

XXXII – subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação;

XXXIII – adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação; e

XXXIV – subsidiar o Chefe do Distrito na prática de atos de sua competência, visando ao atendimento dos requisitos de legalidade e motivação.

Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:

I – planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

V – executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do

Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

VI - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;

VII - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial do Distrito Regional;

VIII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores do Distrito Regional;

IX - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

X - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;

XI - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

XII - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatório de gestão;

XIII - prestar informações e encaminhar documentos referentes a questões correcionais, às áreas competentes;

XIV - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade do Distrito Regional;

XV - elaborar e solicitar o orçamento necessário ao desenvolvimento das atividades correcionais;

XVI - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes à Corregedoria; e

XVII – elaborar e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

INTRODUÇÃO

Neste documento, apresentaremos o Relatório de Gestão do 5ºDRPRF/RR, no qual evidenciaremos as atividades administrativas e operacionais executadas no ano de 2011. Demonstraremos ao longo deste, que todas as ações foram pautadas nas metas previstas no Plano Plurianual para o DPRF, no que tange a redução de acidentes e criminalidade, buscando aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais que cruzam o Estado de Roraima.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Planejamento, Gestão e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo DPRF no decorrer do exercício de 2011 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

O presente Relatório encontra-se dividido em Parte A, com 16 itens numerados, e Parte B, com apenas 01 item enumerado, os quais seguem a mesma sequência fixada nos normativos e orientações relacionados com a elaboração deste Relatório. Os itens aplicáveis a esta Unidade, incluindo aqueles para os quais não houveram ocorrências no período, se desdobram em subitens, tendo como limite a identificação de quinto nível.

A seguir estão relacionados os itens aplicáveis a esta UJ que, no entanto, **não houve registros de ocorrências** no exercício 2011, todos antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010:

Parte A – Conteúdo Geral

- 2.d.I. Programação Orçamentária das Despesas (não foram preenchidos os quadros A.2.3 a A.2.6, porque o 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício 2011).

- 2.d.II. Execução Orçamentária das Despesas (não foram preenchidos os quadros A.2.8 a A.2.10, porque o 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício 2011).

- 3. Reconhecimento de Passivos (não houve reconhecimento de passivos no exercício de 2011)

- 5.e. Locação de Mão de obra mediante contratos de prestação de serviços (não foram preenchidos os quadros A.5.9 a A.5.11 e A.5.13, porque não há ocorrência de servidores terceirizados nesta unidade jurisdicionada entre os exercícios 2009 a 2011, bem como não há autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados. Ainda, não existe locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do DPRF no âmbito do 5ºDRPRF/RR).

- 6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência (não foram preenchidos os quadros A.6.1 a A.6.5, porque não ocorreram transferências nessas modalidades no exercício 2011).

- 11. Distribuição espacial de bens de uso especial locados de terceiros (não foi preenchido o quadro A.11.2, porque nos exercícios 2010 e 2011 inexistiram bens imóveis locados de terceiros pelo 5ºDRPRF/RR).
- 12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (não foi preenchido o quadro A.12.1, tendo em vista que, no âmbito do DPRF, compete a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização a gestão de todas as ações de TI, cabendo a esta UJ apenas sua execução)
- 14. Renúncia Tributária (Não existem informações sobre renúncia tributária no âmbito do 5ºDRPRF/RR durante o exercício 2011)
- 16. Informações sobre recomendações da unidade de controle interno (Inexiste unidade de controle interno na estrutura do 5ºDRPRF/RR).

Agora estão relacionados os itens cujas naturezas jurídicas **não se aplicam a esta UJ**, conforme Quadro A1 – Relacionamento Entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010:

- 17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Parte B – Informações Contábeis da Gestão

- 2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).
- 3. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.
- 4. Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
- 5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Além disso, todos os itens da Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, também não se aplicam a esta UJ, haja vista a mesma não estar relacionada como UJ que deve apresentar informações específicas a constar do Relatório de Gestão e não fazer parte de grupo de unidades afins.

Apresentamos o escopo das atividades desenvolvidas, intimamente ligadas à obtenção dos resultados operacionais. Tais atividades serão relacionadas por suas áreas de atuação, levando-se em conta a divisão das equipes de trabalho, ou seja, Administração, Recursos Humanos, Corregedoria e Policiamento e Fiscalização.

As ações executadas encontraram algumas resistências, a exemplo de limitações de recursos orçamentários, humanos e logísticos. A resistência orçamentária materializa-se na indefinição do “quantum” financeiro a ser percebido pela Regional durante o ano, e ainda nas contingências financeiras aplicadas em razão do equilíbrio das contas públicas. A resistência de recursos humanos apresenta-se na ausência de pessoal suficiente e a de logística apresenta-se na estrutura modesta de um Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal (DRPRF). Porém, tais resistências não impediram a execução da maioria de nossas tarefas.

A gestão administrativa do DPRF passou por uma profunda reestruturação no exercício de 2011, com a substituição do Diretor-Geral e de diversos Superintendentes e Chefes de Distrito, estendendo-se aos demais cargos de chefia. Tal reestruturação atingiu o 5ºDRPRF/RR ainda no 1º semestre com a substituição tanto do antigo Chefe de Distrito pelo Insp. Reginaldo Conrado, como

de 3 (três) dos 4 (quatro) Chefes de Núcleos. Este fato impactou fortemente na gestão do 5ºDRPRF/RR, que passou a ser mais participativa e culminou com a inclusão desta Regional na Operação Sentinela, provocando um aumento significativo dos números relacionados ao combate à criminalidade e redução do número de mortes provocadas por acidentes em nossas rodovias e estradas federais, devido à maior e mais intensa presença de viaturas e policiais ao longo de trechos antes muito pouco fiscalizados.

A apresentação das ações executadas inicia-se com quadro contendo as informações relacionadas, seguido de descrição das ocorrências do exercício, elaborada pelos responsáveis por suas respectivas ações no âmbito desta Unidade Jurisdicionada. A quantificação das despesas executadas para o desempenho das ações encontra-se nos subitens referentes ao desempenho operacional da Unidade: inscrição em restos a pagar, transferências e execução física e financeira da ações realizadas pela Unidade.

Os números alcançados na área-fim, tanto na diminuição dos acidentes e feridos, quanto no aumento de autuações e no combate à criminalidade, foi possível em decorrência de mudanças no planejamento operacional. Acreditamos assim, que a ausência da PRF e de investimento nesta faria o Estado amargar expressivos aumentos negativos das estatísticas de trânsito e criminalidade.

Concluindo, embora tenhamos identificado pontos a serem saneados no próximo exercício, procuramos gerenciar os recursos e ações da PRF neste Estado respeitando os princípios que norteiam a Administração Pública.

REGINALDO CONRADO PINHEIRO
Chefe do Distrito

PARTE A - CONTEÚDO GERAL**INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO****1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA****QUADRO II - IDENTIFICAÇÃO DA UJ**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código Siorg: 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Quinto Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 5º DRPRF/RR			
Código Siorg: 29305	Código LOA: não se aplica		Código Siafi: 200232
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(095) 3212-5100	(095) 3212-5101	(095) 3212-5141
Endereço eletrônico: sup.rr@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Professor Diomedes Souto Maior, nº 764, Bairro São Vicente, Boa Vista – RR, CEP: 69303-450			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
* Constituição da República Federativa do Brasil, de 8 de outubro de 1988.			
* Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.			
* Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no DOU de 03 de junho e retificada no DOU de 04 de junho de 1998.			
* Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 4 de outubro de 1995.			
* Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado no DOU de 16 de março de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
* Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, publicada no DOU de 6 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO EXISTEM.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
200232	5. Distrito Regional do DPRF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
00001	TESOURO NACIONAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código Siafi da Unidade Gestora		Código Siafi da Gestão	
"não se aplica"		"não se aplica"	
Sumário Pág. 23			

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO 5ºDRPRF/RR

Neste item será considerado o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando:

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO 5ºDRPRF/RR

2.1.1. Competência Institucional

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas do desenvolvimento dos programas de Governo, como também, de circulação da produção nacional, pois representa meio de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isto os demais seguimentos da população, que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das estradas e rodovias. Neste contexto, o DPRF, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, e tendo como principal função de Governo a segurança pública, atuando em todas as unidades da federação, é contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, o que resulta na promoção da segurança do trânsito, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Suas competências e atribuições, de aplicação em todas as rodovias e estradas federais, encontram-se positivadas nos normativos:

Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º:

“A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”

Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20:

“Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança,

promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;
VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;
VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, artigo 1º:

“À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13

junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.”

Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, Anexo I, Art. 37.

“Ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal cabe exercer as competências estabelecidas no art. 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995.”

Atua também, como guardiã de nossas fronteiras através das rodovias e integra o Brasil a outros países da América do Sul. Cabe ao 5ºDRPRF/RR, no âmbito regional e na respectiva jurisdição, executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cumprindo toda esta competência institucional no âmbito das rodovias federais do Estado de Roraima, compreendendo, inclusive, as fronteiras com a Venezuela e a Guiana.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, devido a grande extensão da malha viária de Roraima. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, a exploração sexual infantil, o tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, contrabando, o descaminho, o transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no CTB encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na PRF.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pelo braço identificado do Estado, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade.

Além disso, e mais importante, o atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Desta forma, a atuação de PRF busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Outros fatores identificados na situação social do país são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando

pelas manifestações de caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como o apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Desta forma, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que a atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto, tais como equipamentos modernos e adequados a nossa atividade, instalações físicas satisfatórias, sistemas de informática e comunicação eficientes, servidores capacitados, entre outros.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Análise do Andamento do Plano Estratégico do DPRF

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do que vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da PRF no estado de Roraima. Todavia, tal carência, não se transforma em obstáculo para que busquemos sempre fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades.

A carência de efetivo, no entanto, tem reflexo no desempenho das atividades de sua competência, impossibilitando a presença da PRF de forma ininterrupta ao longo de nossa extensa malha viária, o que contribuiu diretamente para a não prevenção de acidentes em extensos trechos de rodovias e até mesmo de rodovias por inteiro.

O 5ºDRPRF/RR tem como área de circunscrição 1.942 (um mil, novecentos e quarenta e dois) quilômetros de rodovias e estradas federais, distribuídos em 6 (seis) BRs: 174, 210, 401, 431, 432 e 433. Nesta área estão inseridas duas fronteiras internacionais: República Bolivariana da Venezuela ao norte (BR 174) e República Cooperativista da Guiana ao leste (BR 401); ainda, ao sul há a divisa com o Estado do Amazonas (BR 174), principal corredor de transporte de cargas e passageiros.

A região fronteira de Roraima apresenta crescente aumento de fluxo de veículos e pessoas, devido tanto à busca dos brasileiros por negócios e principalmente lazer naqueles países vizinhos, como, também, à busca governamental em intensificar as relações comerciais internacionais com os países vizinhos, através da implantação da Área de Livre Comércio – ALC e da Zona de Processamento de Exportação – ZPE, e ainda a inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu, no município do Bonfim/RR, fronteira com a Guiana Inglesa.

Mesmo diante desse contexto, nossa ação tem se dado quase que exclusivamente, quando possível, ao atendimento de ocorrências no Estado e realização de rondas nos trechos urbanos das rodovias BR174 e BR401, os quais cortam a capital do Estado.

Esta UJ dispõe de dois postos de policiamento e fiscalização em condições de uso, no entanto, o atual efetivo permite ocupação em regime escalar de apenas um destes postos. O governo estadual, através de sua secretaria fazendária, disponibiliza parte de suas instalações, uma no município do Bonfim e outra no município de Pacaraima, que estão localizadas às margens das rodovias BR 401 e BR 174, respectivamente, para que a PRF possa atuar em conjunto na repressão/prevenção dos mais diversos ilícitos; no entanto, diante do reduzido efetivo, a PRF se faz presente de forma esporádica. Encerramos o ano de 2011 com 42 servidores, sendo 7 servidores administrativos e 35 servidores policiais, dos quais apenas 20 desempenham atividade fim.

Uma das varias soluções para fazer frente a carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de intervenção. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriaguez na condução de veículos.

Com o mesmo objetivo, o DPRF orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos Comandos Específicos e nos Comandos que são realizados quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas e feriados prolongados.

A PRF se faz presente nas rodovias todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados Comandos Específicos, inclusive nos demais municípios do Estado onde exista rodovias federais. Desta forma, considerando que os servidores da Unidade estão lotados no município de Boa Vista, faz-se necessário a execução de despesas com diárias para execução de atividades de fiscalização fora da capital.

Outro fato que implica o pagamento de diárias em determinado período é a própria natureza da atividade policial, onde, invariavelmente, ocorre a convocação fora da programação, para que se possa atender eventos que não são possíveis de prever e que demandem um maior número de policiais na sua solução.

Desta forma, também foram pagas diárias nos finais de semana para atender a convocações, dentre as quais citamos os encontros anuais das respectivas coordenações, do DPRF nos casos em que a data de apresentação do servidor coincidiu com o primeiro dia útil da semana e a data de encerramento do evento o último dia da semana, uma vez que, pela localização geográfica da Unidade e pela disponibilidade de voos de saída e chegada em Boa Vista; para atender as convocações, os deslocamentos ocorrem nos dias anterior e posterior à realização do evento.

A extrema carência de servidores nesta UJ, tem reflexos, também, no desenvolvimento de suas atividades administrativas, ocupando os servidores em diversas atribuições, além de participarem em operações nacionais de fiscalização na atividade fim. Tal carência provoca também a participação de servidores lotados na atividade fim da PRF em atividades administrativas, como exemplo, a atribuição do encargo de fiscal de contrato.

Como forma de padronizar e atender as demandas de todas as unidades, o DPRF usa como estratégia a figura da Unidade Centralizadora de Compra (UCC), utilizada nas aquisições de maior volume, como exemplo, pneus e fardamento, onde apenas uma unidade do DPRF realiza o Registro de Preços e inclui como participante do referido registro as demais unidades. Tal procedimento é salutar, uma vez que as aquisições se mostram vantajosas em virtude da economia de escala e economizam tempo e dinheiro se compararmos com a realização de procedimentos, para adquirir o mesmo material, separadamente, além de padronizar o material adquirido em todas as Regionais.

2.2.2. Análise do Plano de Ação do 5ºDRPRF/RR Referente ao Exercício 2011

As prioridades e metas relativas à atividade operacional do 5ºDRPRF/RR, por intermédio do Núcleo de Policiamento e Fiscalização (NPF), consideraram, além das premissas institucionais do DPRF para o exercício 2011, com o estipulado pela Instrução de Serviço nº 01/2011 da Coordenação Geral de Operações (CGO) do DPRF, a política nacional de enfrentamento aos crimes mais praticados e ao reforço da segurança nas fronteiras do território brasileiro.

As premissas do DPRF estiveram especificadas na normativa acima elencada, e referiram-se à Missão, Visão e Valores do DPRF, a serem observados ao longo do desempenho das atividades inerentes. Tais premissas são as seguintes:

- **Missão**

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.

- **Visão**

Ser referência como instituição de policiamento ostensivo e indutora de políticas públicas de valorização da vida, com reconhecimento internacional.

- **Valores**

Ética, Comprometimento, Honestidade, Urbanidade, Profissionalismo, Lealdade, Equidade, Coragem, Orgulho de pertencer.

Os objetivos traçados para o exercício de 2011, no cunho operacional, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, tiveram como premissa a busca pelo alcance das metas estabelecidas para a Regional, com foco precípua na prevenção de acidentes e no combate à criminalidade, visando à redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, e o aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais no Estado de Roraima, principalmente em regiões mais distantes da capital Boa Vista, sempre, contudo, estando restrito às nossas persistentes limitações de policiamento, sobretudo em virtude do diminuto efetivo policial existente.

Com esse foco, buscou-se a melhora da capacitação do efetivo policial, tanto no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, como quanto ao enfrentamento de delitos na área de atuação da PRF, para um consequente aprimoramento na lida com todos os usuários das rodovias e estradas federais.

As ações foram subdivididas conforme segue:

Fiscalizações de Rotina

Operacionalizadas pelos policiais escalados para o serviço operacional ordinário, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente coibir as infrações de circulação e conduta, além de repressão ao crime.

O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

Fiscalizações Específicas

São ações que objetivam uma atuação mais precisa e voltada para um determinado fim. Dentre essas, alguns exemplos podem ser citados como:

- Fiscalização de Alcoolemia – São realizadas de forma sistemática, através de exames com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, além dos que se apresentam em pontos próximos a locais de eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas. Essa ação busca inibir o consumo de álcool e posterior condução de veículos por cidadãos que estariam em condição irregular nas vias de tráfego.
- Fiscalizações de transporte coletivo de passageiros – São operacionalizadas em pontos estratégicos de tráfego de transportes intermunicipal e, principalmente, interestadual, mediante ações de fiscalização ao transporte coletivo de passageiros, que visam coibir irregularidades referentes a equipamentos obrigatórios, cintos de segurança, da habilitação e regularidade das empresas e autônomos que realizam o transporte; e da habilitação dos condutores, entre outros. Merece destaque a atuação junto ao transporte interestadual de passageiros, para dar cumprimento ao Convênio nº 004/2006, firmado entre o DPRF e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Incluso nesta fiscalização, estão ações de combate ao crime, ao trânsito de menores em situação irregular, consultas nos Sistemas Corporativos disponíveis, a exemplo da Rede INFOSEG, aos ocupantes destes veículos, e sempre que possível com verificação de bagagens.
- Fiscalizações de transporte de cargas – Buscam atingir o maior espaço possível de malha viária, através de ações destinadas à fiscalização do transporte rodoviário de carga, com o objetivo de coibir a entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, excesso de peso, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio nº 004/2006.

Operações e Comandos

As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela Direção Geral do DPRF, através da CGO ou do 5ºDRPRF/RR, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outro Órgão, Nacional, de Férias e Feriados Nacionais, estas duas últimas obedecendo ao cronograma da OS nº 01/2011/CGO, referente ao Planejamento Operacional 2011 do DPRF.

As Operações Regionais, caracterizadas pelas festividades e eventos regionais realizadas conforme demandas esperadas e eventualmente surgidas.

Os Comandos, atividades de fiscalização, com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito e transporte, além da repressão ao crime de forma geral.

Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, há previsão de prioridade às atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução de danos, visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Nestas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do DPRF e Execução Física das ações realizadas pelo 5ºDRPRF/RR. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pelo DPRF e estão disponíveis no relatório de gestão daquela UG, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados pelo 5º DRPRF/RR na gestão das ações inscritas na LOA do exercício 2011.

No Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, o DPRF é responsável por vários Programas de Governo, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos tanto de Programas que o DPRF é a Unidade Orçamentária responsável como de Programas sob responsabilidade de outras Unidades Orçamentárias, conforme quadro abaixo:

QUADRO III – PROGRAMAS DE GOVERNO

Código	Descrição do Programa	Quantidade de Ações
0073	ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	01
0663	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	04
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	01
1127	SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	01
1386	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	01
1463	QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	02

Fonte: Siafi Gerencial, Lei nº 11.653 (PPA 2008-2011) e LOA 2011

O Programa 0073 tem seus valores distribuídos entre 4 (quatro) Órgãos, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos do Órgão 20000 – Presidência da República, sob a responsabilidade da UO 20121 – SDH. O Programa visa promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Tem como público-alvo as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

O Programa 0663 tem seus valores distribuídos entre 2 (dois) Órgãos, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos do Órgão 30000 – Ministério da Justiça, sob a responsabilidade da UO 30107 – DPRF. O Programa visa aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito. Tem como público-alvo os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Programa 0750 tem seus valores distribuídos entre diversos Órgãos, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos do Órgão 30000 – Ministério da Justiça, sob a responsabilidade da UO 30107 – DPRF. O Programa visa prover os Órgãos da União dos meios

administrativos para a implementação e gestão seus programas finalísticos. Tem como público-alvo o Governo.

O Programa 1127 é um programa do Órgão 30000 – Ministério da Justiça, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos sob a responsabilidade da UO 30911 – FNSP. O Programa visa ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional para a prevenção e o controle da criminalidade. Tem como público-alvo toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública.

O Programa 1386 é um programa do Órgão 30000 – Ministério da Justiça com todos os recursos sob a responsabilidade da UO 30107 – DPRF. O Programa visa prover a PRF de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Tem como público-alvo o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O Programa 1463 é um programa do Órgão 39000 – Ministério dos Transportes, sendo que para o 5º DRPRF/RR foram descentralizados recursos sob a responsabilidade da UO 39250 – ANTT. O Programa visa garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes. Tem como público-alvo os usuários de transporte de carga e de passageiros.

Diante do exposto, concluímos que todos os recursos disponibilizados no exercício 2011 para o 5ºDRPRF/RR provenientes de Programas de Governo, quer sejam de responsabilidade do DPRF ou de outras UOs, estão direcionados à segurança pública, à segurança do trânsito e à garantia de direitos individuais e coletivos.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade do 5ºDRPRF/RR

A gestão dos Programas de Governo nos quais foi disponibilizado recursos para o 5ºDRPRF/RR pertence aos Órgãos relacionados no item anterior, conforme inscrição no PPA 2008-2011. Portanto, estas informações devem estar contidas no RG destes Órgãos.

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas Pelo 5ºDRPRF/RR

Neste demonstrativo estão relacionadas as 10 (dez) ações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2011 que foram objeto de gestão pelo 5ºDRPRF/RR, conforme se observa no quadro abaixo:

QUADRO IV - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO 5ºDRPRF/RR

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2012
14	243	0073	8787	A	3	Município atendido	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
06	128	0663	2524	A	4	Servidor capacitado	A meta física prevista atualmente é apenas para	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o

							o órgão central	central	órgão central
06	181	0663	2723	A	3	Taxa de Variação de Acidentes (Acidentes/ 1.000.0000 de Veículos)	3,01	3,86	2,97
						Taxa de Mortalidade (Mortos / 1.000.000 de veículos)	0,52	0,49	0,52
						Sensação de Segurança	80%	-	-
						Procedimentos de Fiscalização	27.943	19.489	33.504
06	183	0663	2816	A	4	Operação realizada	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	0663	4290	A	4	Pessoa atendida	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	Ação excluída
06	122	0750	2000	A	4	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	181	1127	120M	P	3	Ação implementada	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
06	181	1386	8698	A	4	Sistema mantido (% de manutenção)	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
26	125	1463	2346	A	4	Veículo fiscalizado	A meta física prevista atualmente é apenas para o órgão central	A meta física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	A meta física a ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
26	125	1463	2347	A	4	Veículo	A meta	A meta	A meta física a

					fiscalizado	física prevista atualmente é apenas para o órgão central	física realizada é calculada e centralizada pelo órgão central	ser realizada em 2012 atualmente é apenas para o órgão central
--	--	--	--	--	-------------	--	--	--

Fonte: Lei nº 11.653 (PPA 2008-2011), Lei nº 12.593 (PPA 2012-2015), LOA 2011 e 2012.

Pelo exposto no Quadro IV, verificamos que foram repassadas metas para o 5ºDRPRF/RR apenas na Ação 2723, com relação às outras que foram objeto de nossa gestão não cabe a análise circunstanciada do cumprimento destas metas físicas e do impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo da UJ, nem como se pode evidenciar justificativas para as ações que superaram ou não de forma significativa as metas estabelecidas.

Para termos uma visão ampla dos recursos disponibilizados ao 5ºDRPRF/RR, elaboramos o Quadro V que detalha o total destes recursos alocando-os de acordo com o Programa de Trabalho/Ação e os Créditos Empenhados Liquidados/Valores Pagos/Despesa Executada por Inscrição RP Não-Processados.

Valores em R\$ 1,00

QUADRO V – Total de Recursos Disponibilizados ao 5ºDRPRF/RR

PT	AÇÃO	CRÉD.LIQUIDADO/ VAL. PAGOS	TOTAL POR PT	RP Ñ PROC	TOTAL POR PT	TOTAL GERAL
73	8787	1.081,41	1.081,41		-	1.081,41
663	2524	40.679,49		6.370,23		
	2723	277.190,29	325.856,32	49.232,12	62.436,33	388.292,65
	2816	1.836,46				
	4290	6.150,08		6.833,98		
750	2000	531.465,90	531.465,90	107.590,54	107.590,54	639.056,44
1127	12OM	9.309,63	9.309,63	26.970,32	26.970,32	36.279,95
1386	8698	32.803,20	32.803,20	67.122,94	67.122,94	99.926,14
1463	2346	1.692,69		4.330,48		
	2347		1.692,69	8.532,52	12.863,00	14.555,69
TOTAL GERAL		902.209,15	902.209,15	276.983,13	276.983,13	1.179.192,28

Fonte: Siafi Gerencial

Deste quadro extraímos informações importantes, tais como:

- Os recursos disponibilizados para a Ação 2000 do PT 0750 representa um percentual de 58,91% do total de Créditos Empenhados Liquidados/Valores Pagos, 38,84% das Despesas Executadas por Inscrição RP Não-Processados e, conseqüentemente, 54,19% do total geral de recursos, ou seja, de um total de 10 (dez) Ações, apenas uma delas detém mais da metade dos recursos disponibilizados;
- Outro grande montante dos recursos vai para o PT 0663 com 36,12% do total de Créditos Empenhados Liquidados/Valores Pagos, 22,54% das Despesas Executadas por Inscrição RP Não-Processados e, conseqüentemente, 32,93% do total geral de recursos, sendo que a Ação 2723 detém 84,07% deste total geral do PT ou 27,68% do total geral de recursos;
- Dáí concluímos que os PTs 0750 e 0663 possuem juntos 95,03% dos Créditos Empenhados Liquidados/Valores Pagos, 61,38% das Despesas Executadas por Inscrição RP Não-Processados e 87,12% do total geral de recursos, sendo que, juntas, as Ações 2000 e 2723 representam na mesma ordem 89,63%, 56,62% e 81,87% dos totais;
- A terceira Ação com mais recursos é a 8698 com 8,47% do total geral de recursos;

- Já as Ações 2524, 12OM, 4290, 2347, 2346, 2816 e 8787 representam pequenas parcelas do total geral dos recursos correspondentes, respectivamente a 3,99%, 3,08%, 1,10%, 0,72%, 0,51%, 0,16% e 0,09%, ou seja, as 7 (sete) Ações juntas representam apenas 9,65% deste total.

Os itens a seguir irão esmiuçar uma avaliação da execução das Ações da UJ, examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas, e, na Ação 2723, serão analisados os índices referentes às metas repassadas para o 5ºDRPRF/RR.

2.3.2.1. AÇÃO 8787 – Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – PAIR

Finalidade	Apoiar, de forma integrada e articulada, a implantação de políticas de atendimento, proteção e defesa das vítimas, bem como a repressão e a responsabilização dos agentes violadores, por meio do fortalecimento das redes de enfrentamento.
Descrição	Realização de diagnósticos de base local; capacitação das redes de atendimento; proteção e defesa da criança e do adolescente; promoção do trabalho em rede; e fortalecimento da sociedade civil.
Unidade Administrativa Responsável	Coordenação-Geral de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO VI – PI 1413SDH (ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA SEXUAL) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIÁRIAS NO PAÍS	1.081,41	1.081,41	1.081,41
Subtotal		1.081,41	1.081,41	1.081,41

Fonte: Siafi Gerencial

A despesa refere-se a viagem realizada, no período de 17 a 23 de setembro de 2011, para verificar a existência de exploração sexual de crianças e adolescente nas cidades de Caroebe, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caracaraí, conforme PCDP 015892/11 do SCDP.

2.3.2.2. AÇÃO 2524 – Capacitação dos Servidores do DPRF

Finalidade	Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação

	do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.
Unidade Administrativa Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO VII – PI 1404CFP (CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIÁRIAS NO PAÍS	15.122,80	15.122,80	15.122,80
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	1.156,79	1.156,79	1.156,79
	Subtotal	16.279,59	16.279,59	16.279,59

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO VIII – PI 1404G (CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIÁRIAS NO PAÍS	5.706,31	5.706,31	5.706,31
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	9.724,28	7.834,26	7.834,26
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	3.495,00	1.170,00	1.170,00
	Subtotal	18.925,59	14.710,57	14.710,57

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO IX – PI 1404G1 (CAPACITACAO DE SERV. DO DPRF - AREA MEIO) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIÁRIAS NO PAÍS	1.894,64	1.894,64	1.894,64
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	3.949,90	1.794,69	1.794,69
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	6.000,00	6.000,00	6.000,00
	Subtotal	11.844,54	9.689,33	9.689,33

Fonte: Siafi Gerencial

Dos 3 (três) Quadros acima constatamos que o investimento na área de capacitação de servidores do 5ºDRPRF/RR foi de R\$ 40.679,49 de Créditos Empenhados Liquidados/Valores Pagos, somando-se as Despesas Executadas por Inscrição RP Não-Processados, temos que o investimento total foi de R\$ 47.049,72.

Este investimento foi distribuído em diversos cursos e treinamentos, os quais estão divididos e relacionados nos subitens seguintes.

2.3.2.2.1 Capacitações Realizadas com Aplicação de Recursos Financeiros

QUADRO X – CAPACITAÇÕES REALIZADAS COM APLICAÇÃO DE RECURSOS

Nome do Evento	Início	Término	Participantes				Documento nº	Cidade-UF
			PRF	AD M	Outros	Total		
Treinamento de Enlaces de Rádio	08/06/11	10/06/11	2	0	0	2	08676.000715/2010-10	Boa Vista-RR
Curso Contratos Administrativos: Rescisão de Contratos e Aplicação de Penalidades	01/08/11	02/08/11	1	0	0	1	Memº 511/2011-CGA	Brasília-DF

5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR							RELATÓRIO DE GESTÃO 2011		
Curso de Formação Profissional (Instrutor)	02/08/11	12/08/11	1	0	0	1	Memº 409/2011-NUAD/COEN	Brasília-DF	
Complementação do Curso de Formação Profissional	02/08/11	08/10/11	2	0	0	2	Memº 479/2011 e 498/2011-NUAD/COEN	Brasília-DF	
I Treinamento Especializado em Procedimentos de Inteligência para Ações na Fronteira-TEFI -AF	25/08/11	02/09/11	1	0	0	1	Memº 299/2011-COINT	Londrina-PR	
Curso de Condução de Veículos de Emergência	24/10/11	28/10/11	13	0	0	13	08676.000367/2011-53	Boa Vista-RR	
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	10/11/11	11/11/11	1	2	0	3	08676.000831/2011-10	Boa Vista-RR	
A Contratação de Serviços pela Administração Pública	16/11/11	18/11/11	1	0	0	1	08676.000831/2011-10	Boa Vista-RR	
Treinamento em Serviço: Inteligência - Estratégia de Gestão	21/11/11	25/11/11	3	0	0	3	Memº 734/2011-NUAD/COEN	Pirinópolis GO	
Workshop de Nivelamento-Gestão Correicional e Processo	27/11/11	02/12/11	1	0	0	1	Memº 754/2011-NUAD/COEN	Fortaleza-CE	
II Encontro Nacional da Comissão de Direitos Humanos	28/11/11	30/11/11	1	0	0	1	Memº 759/2011-NUAD/COEN	Rio de Janeiro-RJ	
Workshop de Atualização de Técnicas Para Instrutores de Armamento e Tiro	04/12/11	12/12/11	1	0	0	1	Memº 772/2011-NUAD/COEN	Iperó-SP	
Totais:			27	2	0	29			

Fonte: Sistema SCDP e Relatório Mensal de Capacitação

2.3.2.2.2 Capacitações Realizadas sem Aplicação de Recursos Financeiros

QUADRO XI – CAPACITAÇÕES REALIZADAS SEM APLICAÇÃO DE RECURSOS

Nome do Evento	Carga Horária	Início	Término	Participantes				Nº Processo	Observação
				PRF	ADM	Outros	Total		
Curso de Habilitação do Uso do Dispositivo de Condução de Energia-DCE (Taser)	10hs	07/07/11	07/07/11	17	0	0	17	08676.000197/2011-15	Programa de Atualização Policial
Curso de Habilitação do Uso do Espargidor de Pimenta	2h	07/07/11	07/07/11	6	0	0	6	08676.000778/2010-68	Programa de Atualização Policial
Curso de Técnicas de Abordagem	8h	28/09/11	28/09/11	0	0	15	15	08676.000580/2011-65	Curso ministrado aos servidores do IBAMA
Curso de Habilitação do Uso do Espargidor de Pimenta	2h	09/11/11	09/11/11	3	0	0	3	08676000778/ 2010-68	Programa de Atualização Policial

Totais:	26	0	15	41
----------------	----	---	----	----

Fonte: Relatório Mensal de Capacitação

Apesar de não haver meta regional atribuída para a ação em comento, a regional realizou a seguinte contribuição para o atingimento da meta nacional, que tem como produto o número de servidores capacitados:

QUADRO XII – QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS

2009	2010	2011
44	77	70

Fonte: Relatório Mensal de Capacitação

QUADRO XIII – PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS*

2009	2010	2011
104%	183%	167%

*índice > 100: servidor com mais de uma capacitação e vagas para servidores de outros órgãos.

Fonte: Relatório Mensal de Capacitação

2.3.2.3. AÇÃO 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade Administrativa Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 o total de Créditos Empenhados Liquidados/Valores Pagos nesta Ação foi de R\$ 277.190,29, somando-se as Despesas Executadas por Inscrição RP Não-Processados, este total passa a ser de R\$ 326.422,41, classificados nas tabelas a seguir de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XIV – PI 1402UF (AQUISICAO DE UNIFORMES/FARDAMENTO) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	12.416,25	0,00	0,00
Subtotal		12.416,25	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XV – PI 1408DCC (OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIÁRIAS NO PAÍS	6.120,42	6.120,42	6.120,42
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	2.981,58	2.981,58	2.981,58
Subtotal		9.102,00	9.102,00	9.102,00

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XVI – PI 1408E (ABASTECIMENTO DA FROTA DO DPRF) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFIC. AUTOMOTIVOS	75.533,93	70.037,96	70.037,96
33903903	COMISSOES E CORRETAGENS	4.684,00	3.984,00	3.984,00
33909232	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	9.782,12	9.782,12	9.782,12
33909239	SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	672,00	672,00	672,00
Subtotal		90.672,05	84.476,08	84.476,08

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XVII – PI 1408H (MANUTENCAO DA FROTA DO DPRF) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903039	MATERIAL P/ MANUT. DE VEICULOS	20.098,54	15.829,43	15.829,43
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEIC.	18.719,46	15.553,30	15.553,30
Subtotal		38.818,00	31.382,73	31.382,73

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XVIII – PI 1408J (PAGAMENTO DE DIARIAS DE OPERACOES) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	2.373,04	2.373,04	2.373,04
Subtotal		2.373,04	2.373,04	2.373,04

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XIX – PI 1408L (AQUISICAO DE MATERIAL E SRV.POLICIAMENTO) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	467,95	467,95	467,95
33903027	MAT. DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	8.569,76	7.207,26	7.207,26
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQ. E EQUIPAMEN.	5.790,00	5.790,00	5.790,00
44905224	EQUIP. DE PROTECAO, SEGUR. E SOCORRO	20.044,00	0,00	0,00
Subtotal		34.871,71	13.465,21	13.465,21

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XX – PI 1408STL (OPERACAO SENTINELA) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	104.681,23	104.681,23	104.681,23
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	21.280,25	19.502,12	19.502,12
Subtotal		125.961,48	124.183,35	124.183,35

Fonte: *Siafi Gerencial*

QUADRO XXI – PI 1408VS (POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS ROD. E ESTR. FED.) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903039	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEIC.	7.767,88	7.767,88	7.767,88
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEIC.	4.440,00	4.440,00	4.440,00
Subtotal		12.207,88	12.207,88	12.207,88

Fonte: *Siafi Gerencial*

Da análise destes Quadros, extraímos que a maior parte do total de recursos empenhados desta Ação foi referente ao abastecimento e à manutenção da frota de veículos oficiais do 5ºDRPRF/RR (PIs 1408E, 1408H e 1408VS), o que corresponde a 43,41% destes recursos, ou R\$ 141.697,93, sendo que os gastos relacionados exclusivamente ao abastecimento são responsáveis por R\$ 90.672,05 deste total, ou 27,78% do total empenhado. Destacamos que houve um aumento substancial no consumo de combustíveis durante a Operação Diluvium, em que várias viaturas foram usadas em pontos espalhados por todo o Estado devido às enchentes que assolaram nossa região, como também após a inserção da PRF em Roraima na Operação Sentinela, fato que provocou constante deslocamento de viaturas às fronteiras com a Venezuela e Guiana.

Já as despesas com diárias e passagens aéreas em operações (PIs 1408DCC, 1408J e 1408STL) também correspondem a um bom percentual do montante desta Ação, pois aí foram empenhados R\$ 135.658,39, ou 41,56% do total empenhado. Aqui também encontramos o item que isoladamente representa o maior percentual do total empenhado, são as diárias com a Operação Sentinela, com R\$ 104.681,23, ou 32,01% do total empenhado.

Os outros 15,03% do total empenhado (PI 1408L) referem a aquisição de fardamento (1 par de botas táticas e 1 jaqueta de couro para cada policial lotado na Regional), suprimentos para etilômetro (6 baterias recarregáveis, 160 rolos de papel bobinado, 48 fitas para impressora e 6.250 bocais descartáveis), formulários utilizados na atividade fim (15 blocos de Documento de Notificação e Recolhimento de CNH – DNRC e 80 blocos de Boletim de Ocorrência Policial – BOP) e 28 coletes balísticos. Além disso, foram efetuados serviços de manutenção, calibragem e aferição dos etilômetros existentes no nosso acervo patrimonial.

O valor gasto com diárias atendeu além das demandas de cunho operacional e comandos de fiscalização, à participação constante e importantíssima dos servidores desta Regional na Operação Sentinela – onde houve além da atuação mais focada para as áreas críticas como as fronteiras e o interior do Estado de Roraima, o deslocamento de Policiais para outros estados com características semelhantes (Paraná e Mato Grosso do Sul) visando o trabalho na operação e consequente aprimoramento das técnicas de combate à criminalidade. As atividades e ações estão apresentadas conforme Quadro XXV Resumo das Ações Específicas Desempenhadas.

Atividades

Antes da efetiva apresentação dos dados relativos às atividades de Policiamento Ostensivo realizadas no 5º DRPRF/RR, faz-se necessário um breve resumo dos fatos importantes que nortearam o Departamento de Polícia Rodoviária Federal como um todo. Muitas foram as mudanças, inclusive noticiadas na mídia nacional, nos vários níveis e cargos decisórios do Departamento, incluindo-se a substituição da Direção Geral do Órgão.

Em nível Regional, também houve uma intensa modificação nos cargos de chefia,

estendendo-se desde a Chefia Distrital até às mudanças na chefia de 3 (três) dos 4 (quatro) Núcleos. Essa mudança, que estendeu-se praticamente desde o início do exercício 2011 até o final do mês de junho – englobando praticamente todo o 1º semestre – também exerceu influência direta no transcorrer das atividades de fiscalização desta Unidade.

As mudanças citadas influenciaram na forma como alguns dos indicadores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal eram e passaram a ser tratados, permanecendo contudo a necessidade de alcance das metas estipuladas visando a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade.

Em síntese, é possível afirmar que tanto a PRF, nacionalmente entendida, como o 5ºDRPRF/RR passaram por situações muito distintas: saindo de um momento de muitas turbulências/mudanças no 1º semestre de 2011, onde inegavelmente alguns aspectos ficaram temporariamente estancados; até a completude das mudanças e período de retomada das ações, com as prioridades ajustadas, no 2º semestre do exercício de 2011.

Das Metas Regionais

Esta ação, ainda consoante as diretrizes do DPRF que datam do segundo semestre de 2009, onde foram estabelecidos através de Portaria nº 30, da Direção Geral, de 30.06.2009, Indicadores de Desempenho no âmbito do Departamento, para as Unidades Regionais, é uma das atividades que sofreu sensivelmente com a mudança no modelo de gestão do Departamento.

Os indicadores referem-se à Percepção de Segurança, Taxa de Variação de Acidentes, Taxa de Mortalidade e Procedimentos de Fiscalização. Sendo os três primeiros constantes do Programa 0663, PPA 2008-2011 (Lei 11.653/2008), e o último indicador foi específico da ação 2723.

O indicador Percepção de Segurança que seria aferido por pesquisa quantitativa, com usuários das rodovias federais, estratificadas por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo, foi dos indicadores que por sua complexidade e dificuldade de aferição acabou, ainda que de forma momentânea, por não ser utilizado.

O indicador Taxa de Variação de Acidentes é aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo como meta, atualizada para o exercício 2010, o constante no Quadro XXII, abaixo.

O indicador Taxa de Mortalidade é aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional, relativo à quantidade de veículos da frota nacional, tendo como meta, atualizada para o exercício 2010, o constante no Quadro XXII.

Já o indicador Procedimentos de Fiscalização, instituído pelo DPRF, que consistiria no somatório do total de veículos fiscalizados (V.F.), pessoas fiscalizadas (P.F.) e testes de alcoolemia (T.A.) realizados, e que apresenta a meta estabelecida no Quadro XXII, também apresentou muitas modificações e dificuldades sobretudo no que se refere à sua consolidação. Em virtude de mudanças nas formas de apuração dentro do próprio exercício, de adequações dos sistemas para refletirem tais informações, os dados obtidos são relativamente precisos. Não obstante essa problemática, os dados consolidados de tal indicador são apresentados conforme segue:

QUADRO XXII – INDICADORES PARA AS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO

Indicador	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Atingimento
Taxa de Variação de Acidentes	Acidentes/1.000.000 de veículos	3,01	3,86	77,90%
Taxa de Mortalidade	Nº Mortos/ 1.000.000 de veículos	0,52	0,49	105,65%
Percepção de Segurança	Pesquisa por amostragem	80%	-	-
Procedimentos de Fiscalização	V.F. + P.F. + T.A.	27.943	19.489	69,75%

Referências

Indicadores relativos ao exercício 2011 – Portaria/DG/DPRF nº 04, de 12.01.2011

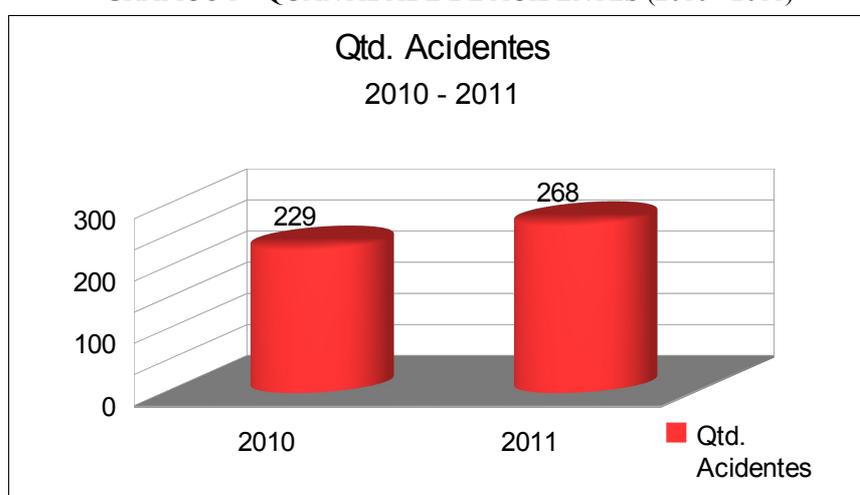
Fonte: NPF

Taxa de Variação de acidentes

No âmbito desta Unidade Jurisdicionada, conforme Quadro XXII, esta Regional não conseguiu atingir a meta para o exercício de 2011, alcançando o índice de aproximadamente 78% de realização da mesma.

A seguir apresentamos um gráfico comparativo dos exercícios 2010 X 2011 no que se refere ao total de acidentes registrado, cujos resultados são analisados logo adiante.

GRÁFICO I – QUANTIDADE DE ACIDENTES (2010 - 2011)



Fonte: ROD Online

É possível observar, com base no Gráfico I, que houve um aumento de pouco mais de 17% no número total de acidentes do ano de 2011, quando comparado ao ano de 2010.

Alguns elementos relativos a essa informação podem ajudar a esclarecê-la, como: o crescimento constante da frota de veículos automotores do Estado de Roraima; e a busca da Polícia Rodoviária Federal neste Estado por atender cada vez mais e sempre que possível os usuários envolvidos em ocorrências de acidentes, além do aprimoramento dos registros e comparecimento aos locais de acidentes.

Por se tratar de um índice importante para o entendimento do trânsito como um todo nas rodovias e estradas federais em Roraima, é um fator que deve ser levado em consideração e cada vez mais combatido com a intensificação da fiscalização ao longo do trecho. Nesse sentido, várias foram as ações executadas no ano de 2011, buscando a conscientização, prevenção e repressão, no que couber, dos condutores e da população roraimense.

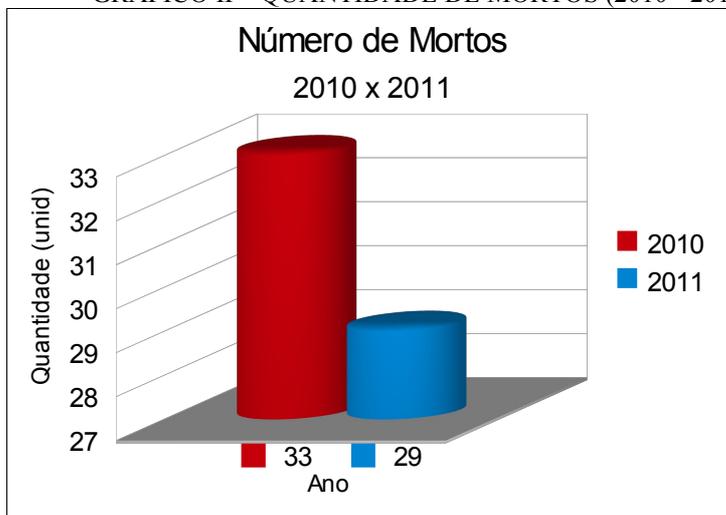
Taxa de Mortalidade

Já em relação ao indicador Taxa de Mortalidade, consoante Quadro XXII, é possível constatar que a Regional Roraima atingiu e superou a meta estabelecida, que era de 0,52 mortos para cada 1.000.000 de veículos da frota nacional, uma vez que o índice realizado foi de 0,49 mortos, o que, de forma inversamente proporcional, representa o atingimento em mais de 105% do que inicialmente estipulado.

De acordo com o gráfico abaixo, pode-se ter uma noção dos números absolutos de

mortes no trânsito das rodovias e estradas federais em Roraima, comparando-se 2010 e 2011.

GRÁFICO II – QUANTIDADE DE MORTOS (2010 - 2011)



Fonte: ROD Online

Conforme o gráfico acima, obteve-se uma redução de cerca de 12% no número total de vítimas fatais em 2011, comparativamente ao exercício 2010. Ainda que contrastando com o aumento no número de acidentes e número de feridos, este indicador é possivelmente o mais importante, haja vista que além da busca pela redução de acidentes no trânsito, o objetivo principal das políticas públicas é que se reduza o número de vidas perdidas, em específico, no trânsito.

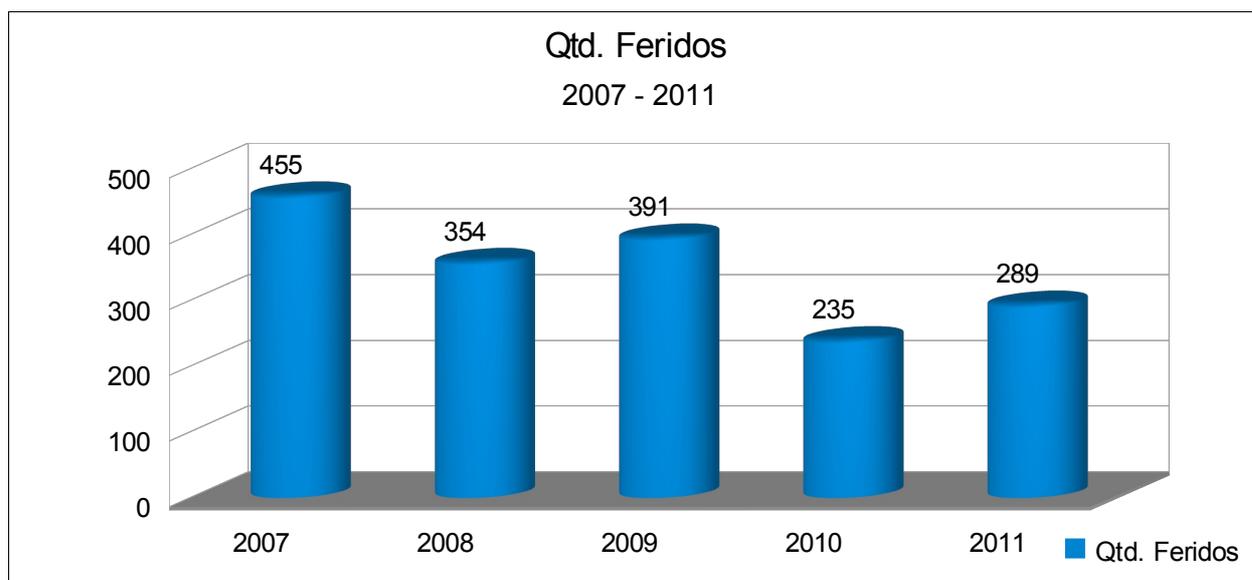
Esse indicador, proporcionalmente, nos leva a um índice de pouco mais de 2 vítimas fatais por mês no ano de 2011. Evidentemente, é atribuição do 5º DRPRF/RR trabalhar para que ele seja diminuído, tendendo ao Zero.

Ademais das limitações da PRF no estado de Roraima, onde se encaixam o baixo efetivo, a extensa malha rodoviária, o que nos leva a ter como única área efetivamente policiada de forma preventiva o perímetro urbano da capital; devemos crer que a manutenção das atividades de fiscalização ostensiva combinada com outras ações já elencadas contribuirão para uma redução contínua nos índices de mortalidade.

De forma complementar, analisamos a seguir os dados referentes ao número de feridos, decorrentes destes acidentes.

GRÁFICO III – QUANTIDADE DE FERIDOS (2007 - 2011)

Fonte: SIGER



Após análise do gráfico acima, torna-se possível verificar um fenômeno que vem acontecendo desde 2007, quando passou a haver uma real e mais intensa utilização dos sistemas e registros informatizados no âmbito do 5ºDRPRF/RR, que é a variação do número de feridos em acidentes nas rodovias e estradas federais roraimenses: um ano, constata-se uma diminuição frente ao ano anterior, no ano seguinte, um aumento.

Evidentemente, não podemos encarar tal sistemática como normal ou mesmo aceitável. Mas o que de mais importante deve ser apontado é a tendência de baixa nesse número total de feridos. Que apesar de no exercício de 2011, esse número ter sido superior ao de 2010, ainda é sensivelmente menor que o dos anos anteriores como 2009, 2008 e 2007.

Alguns fatores podem ser elencados na tentativa de entender esse número, quais sejam: o aumento constante da frota de veículos, no Estado de Roraima; a melhoria das condições das rodovias e estradas de um modo geral; e o, já citado, aprimoramento nos registros de acidentes, que acarreta por vezes, um número mais elevado de ocorrências.

Percepção de Segurança

Ainda no exercício de 2011, não foi possível a esta Regional o registro de dados quanto ao indicador Percepção de Segurança, visto que não houve condição de se operacionalizar a pesquisa respectiva, em virtude da insuficiência de efetivo administrativo capacitado para tal mister no âmbito do NPF.

Ressaltando ainda, todo um processo de modificações ocorrido em âmbito nacional e Regional que inviabilizaram, ainda que momentaneamente, a implementação do controle desse indicador. E já antecipando, que devido a dificuldade constatada e a potencial e necessária mudança de rumos quanto às ações do DPRF, este indicador de “Percepção de Segurança” não será utilizado para o Exercício de 2012.

Procedimentos de Fiscalização

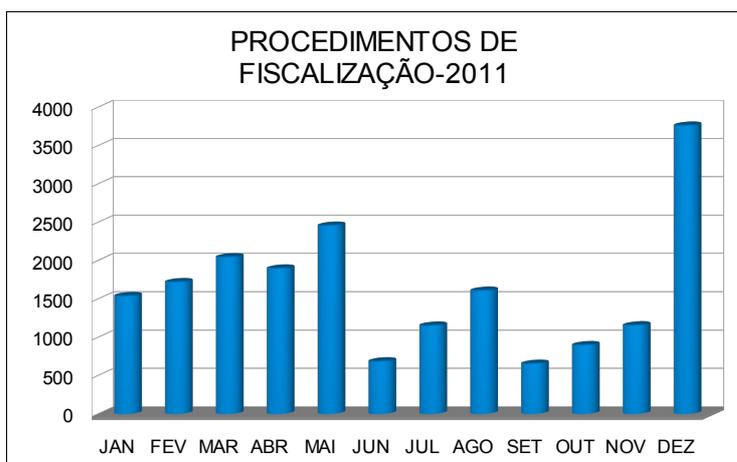
A seguir, é realizada uma breve análise dos Procedimentos de Fiscalização (somatório de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia).

QUADRO XXIII – PROCEDIMENTO X MÊS

GRÁFICO IV – PROCEDIMENTOS X MÊS

Fonte: CIOP/DPRF

MÊS	VEÍCULOS FISCALIZADOS	PESSOAS FISCALIZADAS	TESTES DE ALCOOLEMIA
JANEIRO	561	914	56
FEVEREIRO	670	964	79
MARÇO	761	1190	87
ABRIL	854	980	56
MAIO	1048	1347	54
JUNHO	536	142	1
JULHO	893	247	6
AGOSTO	1197	394	10
SETEMBRO	646	0	2
OUTUBRO	753	135	3
NOVEMBRO	624	503	22
DEZEMBRO	2031	1652	71
TOTAL	10574	8468	447



A Regional, no exercício 2011, trabalho com uma meta estipulada de 27.943 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e três) procedimentos de fiscalização. Como podemos observar no quadro acima, o 5ºDRPRF/RR realizou um total de 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) procedimentos, o que equivale a aproximadamente 70% da meta definida.

Conforme já descrito anteriormente, o cenário de mudanças no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal implicou em algumas transições que acabaram por acarretar perdas de informações sobre o trabalho efetivamente prestado.

Com base no quadro e gráfico acima apresentados, é possível constatar uma queda acentuada no total de procedimentos contabilizados já no mês de Junho, onde em virtude da Publicação da Portaria 45/2011 da Direção Geral do DPRF, a forma de obtenção de tais dados foi modificada. Tal portaria implementou o SID (Sistema de Indicador de Desempenho) que a partir de Agosto de 2011 deveria consolidar as informações referentes aos procedimentos de fiscalização.

A implantação de novas metodologias e dependência de sistemas informatizados levou a uma significativa perdas de informações relativas ao total de procedimentos de abordagens, que no 5ºDRPRF/RR só voltou a se estabilizar por volta de Novembro de 2011.

O número elevado de procedimentos no mês de Dezembro de 2011 é resultado de um trabalho conjunto entre a PRF e os órgãos da Segurança Pública do Estado de Roraima, que em datas específicas realizou operações no perímetro urbano da capital Boa Vista visando coibir as infrações mais comuns encontradas no cotidiano do trânsito roraimense.

Atividades Operacionais

QUADRO XXIV - OPERAÇÕES NACIONAIS (FERIADOS PROLONGADOS)

Fonte: NPF

Procedimentos/Ocorrências	Operações Nacionais				
	1ª	2ª	3ª	4ª	Total
Acidentes					
sem vítimas	1	0	2	4	7
com feridos	5	3	2	4	14
com mortos	0	2	0	0	2
Total de acidentes	6	5	4	8	23
feridos	6	4	2	5	17
mortos	0	2	0	0	2
Total de vítimas	6	6	2	5	19
Fiscalizações					
autuações	35	61	57	267	420
CNH recolhida	2	2	4	7	15
CRLV retidos	7	9	12	22	50
veículos retidos	0	1	1	22	24
veículo fiscalizados	267	214	117	1631	2.229
peessoas fiscalizadas	416	281	135	1352	2.184
Alcoolemia					
testes de etilômetro	47	81	6	60	194
autuações por embriaguez	4	2	2	10	18
prisões por embriaguez	3	1	2	4	10

O ano de 2011 foi um ano atípico para os feriados nacionais. Conforme o calendário, algumas das datas caíram numa quarta-feira o que implica em que não há feriado prolongado, o que, conforme entendimento do DPRF – OS nº 01/2011/CGO – torna sem efeito a realização de operação nessas datas; restando somente quatro ocasiões onde o fluxo combinado com o período ensejaram as Operações Nacionais, conforme quadro acima.

Tais feriados prolongados são conhecidos em todo o país por períodos de intensa atenção nas rodovias e estradas federais. Isso ocasionado justamente pela previsão do aumento de fluxo de veículos e mesmo pessoas ao longo dos trechos alcançados pela malha viária.

No Estado de Roraima, mesmo com a pequenez dos números ante os grandes centros urbanos nacionais, a Polícia Rodoviária Federal não poderia ficar inerte a estas movimentações, que implicam potencialmente num aumento de ocorrências de acidentes e ilícitos. O que torna imprescindível a intervenção de forma eficaz, com fito a reduzir essa potencialidade de danos às pessoas que utilizam as rodovias.

Deste modo, as Operações Nacionais, implicaram em resultados positivos, considerando o baixo número de acidentes, feridos e de vítimas fatais nesses períodos, fruto da intervenção e intensificação da fiscalização a veículos e pessoas, com ênfase na fiscalização de alcoolemia e priorização das rondas ostensivas em trecho considerados críticos. Sendo esses procedimentos vistos como alguns dos fatores que contribuíram, sensivelmente para a manutenção de números reduzidos de acidentes em todo o trecho sob circunscrição do 5ºDRPRF/RR.

Estes números só foram possível graças ao esforço operacional concentrado, quando do emprego de reforço da atividade de policiamento, com o efetivo policial deslocado da atividade meio para a atividade fim, além das operações específicas realizadas concomitantemente

eventualmente convocação extra daqueles servidores policiais que já desempenham diuturnamente as ações de fiscalização, sob regime de revezamento. Ações estas com devido acompanhamento gerencial.

Nas atividades de policiamento ostensivo se buscou aumentar o número de veículos e pessoas fiscalizadas, com adequações de escalas de serviço e, eventualmente, com reforço operacional de regionais distintas, além das operações específicas, de forma a proporcionar o consequente aumento da sensação de segurança dos usuários das rodovias e estradas federais no Estado de Roraima.

Foram efetivadas ações repressivas acerca de crimes ambientais, típicos na região, ao trânsito de pessoas com mandados de prisão em aberto e aquelas que se deslocam de outros estados para a prática de ações criminosas, ao combate ao tráfico de entorpecentes, ao porte ilegal de armas, aos crimes contra crianças e adolescentes, aos crimes fronteiriços, entre outros.

QUADRO XXV - RESUMO DAS AÇÕES ESPECÍFICAS DESEMPENHADAS

Atividades de Policiamento Ostensivo					
Atividade	Ord.	Evento	Início	Término	Local
Operações Nacionais	1ª	Operação Carnaval	04/03/11	09/03/11	Boa Vista
	2ª	Operação Semana Santa/Tiradentes	20/04/11	24/04/11	Boa Vista
	3ª	Operação Proclamação da República	11/11/11	15/11/11	Boa Vista
	4ª	Operação Fim de Ano	16/12/11	01/01/12	Boa Vista
Eventos Regionais		Operação Diluvium (ações emergenciais em virtude das intensas chuvas que atingiram todo o território de Roraima, com interdições/avarias ao longo das rodovias e estradas federais). (*)	08/06/11	01/07/11	Pacaraima, Caracará e interior do Estado/RR
		Atuação em interdição por caminhoneiros e manifestantes na BR 174, nas proximidades do município de Rorainópolis. (*)	05/08/11	06/08/11	Rorainópolis
Comandos Temáticos		Comando Transporte de Passageiros e de Cargas – operação conjunta com fiscais da ANTT, conforme convênio (*)	19/12/11	22/12/11	Pacaraima
Ações conjuntas com outros Órgãos		Operação Ambiente Sustentável – apoio à Operação Ambiente Sustentável do IBAMA/RR com fito de desencadearmos fiscalização específica no município de Rorainópolis, acerca do transporte rodoviário de produtos perigosos. (**)	28/03/11	04/04/11	Rorainópolis
		Apoio ao IBAMA/RR, com fito de desencadearmos fiscalização nos municípios do sul do estado de Roraima, acerca de ilícitos de crimes ambientais. (**)	06/06/11	15/06/11	Rorainópolis e sul do Estado/RR
		Operação Rodovida - Realizar operações integradas e simultâneas com outras agências de fiscalização, integrando ações de segurança de trânsito nos trechos rodoviários federal, estadual e municipal.	19/12/11	31/12/11	Boa Vista
		Operação Segurança Cidadã – esforços voltados para ação de apoio a Operação	30/08/11	30/08/11	Bonfim

	Segurança Cidadã coordenada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (*)			
	Apoio ao DNIT para notificar edificações irregulares na faixa de domínio da União	01/01/11	31/12/11	Boa vista e interior do Estado
Eventos específicos de combate ao crime	Operação Sentinela – o 5ºDRPRF/RR passa a integrar o grupo das Regionais do DPRF que concentram esforços no combate à criminalidade na região de fronteira do Brasil. A Operação busca a integração e o aperfeiçoamento da atuação de diversos órgãos da segurança pública. (*)	12/09/11	28/12/11	Bonfim, Pacaraima e interior do Estado/RR
	OTENARCO (Operação Temática de Combate ao Narcotráfico) – Envio de policiais lotados no 5ºDRPRF/RR para atuar junto a policiais de outras regionais da PRF, na área mais conflitante do Estado do Pará. (*)	10/11/11	20/11/11	Bélem - PA
Observação (*)	Evento com emprego de diárias operacionais do DPRF			
Observação (**)	Evento com emprego de diárias operacionais do IBAMA			

Fonte: SCDP e NPF

Dados Operacionais Diversos

Em 2011, esta Regional primou pela superação dos resultados operacionais em todas suas vertentes. As ações desempenhadas demonstram o foco à proteção da vida, por meio de fiscalizações rotineiras, de ações e fiscalizações específicas, sobretudo àquelas voltadas ao combate da criminalidade; que resultaram além das ações de intervenção administrativa, em apreensões de produtos de origem ilícita e detenções de pessoas por delitos diversos.

QUADRO XXVI – DADOS OPERACIONAIS

Fonte: ROD online e NPF

PROCEDIMENTO					2010	2011	Variação	PROCEDIMENTO					2010	2011	Variação
FISCALIZAÇÕES	AUTUAÇÕES	4887	2374	-51,42%	DETEÇÕES	ESTRANGEIROS	9	2	-77,78%						
	CNHs RECOLHIDAS	251	108	-56,97%		MANDADO	8	2	-75,00%						
	DOCUMENTOS RETIDOS	891	410	-53,98%		TRÁFICO DE ENTORPECENTES	0	2	#DIV/0!						
	VEÍCULOS RETIDOS	112	100	-10,71%		ROUBO/FURTO VEÍCULOS	8	4	-50,00%						
	VEÍCULO FISCALIZADOS	12183	10259	-15,79%		CONTRABANDO/DESCAMINHO	11	35	218,18%						
	ANIMAIS RECOLHIDOS	1	4	300,00%		CRIMES DE TRÂNSITO	130	73	-43,85%						
	AUXÍLIO USUÁRIO	77	89	15,58%		CRIMES AMBIENTAIS	5	7	40,00%						
	ESCOLTA/BATEDOR	3	5	66,67%		OUTROS	40	22	-45,00%						
	PESSOAS FISCALIZADAS	0	2191	#DIV/0!		TOTAL DE DETIDOS	211	147	-30,33%						
APRENSÕES CONTRABANDO / DESCAMINHO	BEBIDA (l)	508	15139	2880,12%	CRIMES DIVERSOS	CRIMES C/ A VIDA E PATRIMÔNIO	4	3	-25,00%						
	CD/VHS/DVD (unid.)	470	0	-100,00%		FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO	0	1	#DIV/0!						
	COMBUSTÍVEIS (l)	2331	13990	500,17%		VEÍCULOS RECUPERADOS	10	10	0,00%						
	EQUIP. INFORMÁTICA (unid.)	0	89	#DIV/0!		CRIMES DIVERSOS	22	26	18,18%						
	ELETRÔNICOS (unid.)	0	882	#DIV/0!		CRIMES DE TRÂNSITO	98	63	-35,71%						
	MEDICAMENTOS (unid.)	0	2503	#DIV/0!		TOTAL DE OCORRÊNCIAS	125	84	-32,80%						
	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	22	66	200,00%											
ARMAS	REVÓLVER	1	0	-100,00%	CRIANÇA/ ADOLESCENTE VITIMAS DE CRIMES	CRIMES DE TRÂNSITO	6	10	66,67%						
	PISTOLA	0	2	#DIV/0!		ADOLESCENTE	22	9	-59,09%						
	TOTAL ARMAS DE FOGO	1	2	100,00%		TOTAL DE MENORES	28	19	-32,14%						
	OUTRAS ARMAS	0	1	#DIV/0!		TOTAL OC. CRIME C/ MENORES	7	7	0,00%						
	TOTAL GERAL DE ARMAS	1	3	200,00%		TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS	32	13	-59,38%						
	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	1	3	200,00%		TOTAL DE PESSOAS DETIDAS	16	7	-56,25%						
MUNIÇÕES	22/32	29	0	-100,00%	CRIANÇA/ ADOLESCENTE INFRACTOR	CRIMES DE TRÂNSITO	2	0	-100,00%						
	38	1	0	-100,00%		ADOLESCENTE APREENDIDO	6	12	100,00%						
	40	0	42	#DIV/0!		TOTAL DE MENORES INFRACTORES	8	12	50,00%						
	380	0	18	#DIV/0!		Total oc. de infração prat. p/ menores	3	6	100,00%						
	OUTRAS	2	6	200,00%		TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS	6	10	66,67%						
	TOTAL DE MUNIÇÕES APREENDIDAS	32	66	106,25%		TOTAL DE PESSOAS DETIDAS	3	5	66,67%						
	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	2	4	100,00%											
OCORRÊNCIAS MEO-AMBIENTE	ANIMAIS SILVESTRES (unid.)	2	11	450,00%	APRENSÕES DE DROGAS	MACONHA (g)	0	9200	#DIV/0!						
	CARVÃO (m3)	0	495	#DIV/0!		TOTAL DE OCORRÊNCIAS	0	3	#DIV/0!						
	MADEIRA (m3)	21	110	423,81%											
	OUTROS (unid.)	2402	10554	339,38%											
	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	6	11	83,33%											

No Quadro XXVI, os demonstrativos dos resultados operacionais que comparam os exercícios de 2010 e 2011, apresentam de forma precisa uma sensível evolução, sobretudo no que se refere às ocorrências envolvendo criminalidade. Conforme citado anteriormente, ações conjuntas com outros órgãos, tais como IBAMA, Exército Brasileiro, Receita Federal, Órgãos da Segurança Pública estadual (Polícia Militar, Detran/RR) e municipal (SMTRAN) contribuíram de forma significativa para os resultados obtidos.

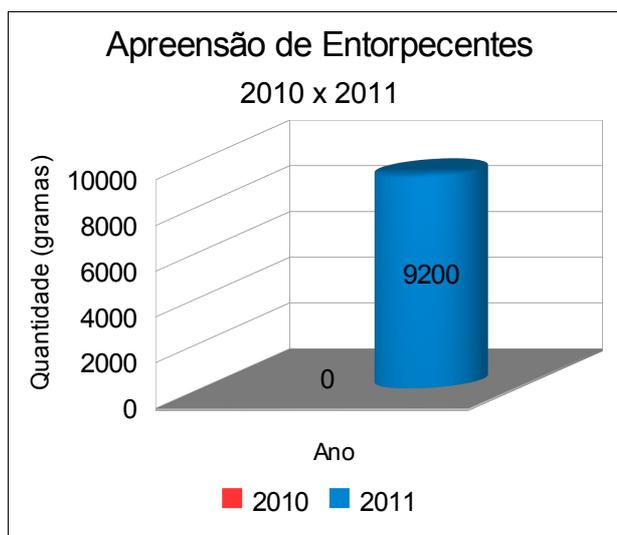
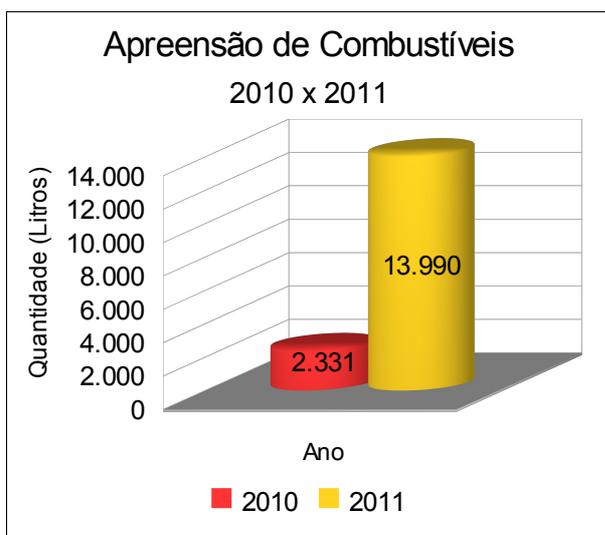
Outro fator que também merece destaque, nesse contexto, é a participação ativa do 5ºDRPRF/RR na Operação Sentinela, que visa o incremento da segurança nas regiões de fronteira. Os crimes e ocorrências típicos dessas áreas, após combate de forma mais incisiva, acabaram por aumentar o número de prisões e apreensões. A seguir, apresentamos dois gráficos que colaboram para uma melhor visualização desse fato.

GRÁFICO V – APREENSÃO DE COMBUSTÍVEIS

Fonte: ROD online

GRÁFICO VI – APREENSÃO DE ENTORPECENTES

Fonte: ROD online



Alguns números que podem ser extraídos da comparação entre 2010 e 2011 são positivamente satisfatórios, a exemplo do aumento percentual de 2.880% no total de bebidas apreendidas; aumento de mais de 500% no total de combustíveis apreendidos; aumento de 200% no total de ocorrências envolvendo Contrabando/Descaminho; e a retomada das apreensões de entorpecentes, medicamentos, eletrônicos e equipamentos de informática que, em 2010 não havia sido realizado nenhum registro, não sendo possível a comparação percentual.

Relativamente à Fiscalização de trânsito, ainda que com uma redução no número de autuações (-51%) e outros números que apontam para esse tipo de atividade (CNH's recolhidas -57% e CRLV's recolhidos -54%), podemos verificar que o número não acompanhou a redução no número de veículos fiscalizados (cerca de 16%). De onde podemos extrair duas prováveis causas/consequências a serem analisadas: I) as constantes fiscalizações e a atuação mais incisiva por parte dos órgãos de trânsito e segurança pública, tem gerado um efeito positivo e boa parcela da população que trafega nas vias de trânsito está passando a seguir a legislação em vigor; e II) há que se considerar que com a atual gama de sistemas de comunicação, internet, redes sociais, as fiscalizações tem por vezes, sido ineficientes haja vista a contra-informação que alerta aos 'maus' condutores sobre locais e horários dos eventos de fiscalização.

Evidentemente, e apesar de qualquer que seja a real explicação, é dever do 5ºDRPRF/RR continuar trabalhando para a obtenção de números mais próximos possíveis do ideal – quer seja definido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal ou mesmo por outros órgãos que possuam tal poder.

2.3.2.4. AÇÃO 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

Unidade	Administrativa	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Responsável		

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XXVII – PI 1409H (SERVICO DE INTELIGENCIA DA PRF)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.836,46	1.836,46	1.836,46
	Subtotal	1.836,46	1.836,46	1.836,46

Fonte: Siafi Gerencial

A despesa refere-se a viagem realizada à cidade de Rorainópolis para obtenção de informações para auxiliar o trabalho das equipes na Operação Sentinela. Nesta viagem participaram dois agentes PRF, e foi durante o período dos dias 02 a 08 de dezembro de 2011. Valor em diária recebido por cada policial R\$ 918,23 e totalizando R\$ 1.836,46, conforme PCDP 022452/11 do SCDP.

2.3.2.5. AÇÃO 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de equipes de saúde e unidades de suporte básico de vida e unidades de suporte avançado de vida, destinadas a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignatários e a outros órgãos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, estudos e investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, realização de comandos de saúde nas rodovias federais, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.
Unidade Administrativa Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XXVIII – PI 1410A (ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903036	MATERIAL HOSPITALAR	5.120,08	5.120,08	5.120,08
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQ. E EQUIP.	1.030,00	1.030,00	1.030,00
44905208	APAR.EQUIP.UTENS.MED.,ODONT,LABOR. HOSPIT.	6.833,98	0,00	0,00
	Subtotal	12.984,06	6.150,08	6.150,08

Fonte: Siafi Gerencial

Durante o exercício de 2011, o 5ºDRPRF/RR, através do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, em conjunto com a Coordenação local do SEST/SENAT, realizou comandos de saúde preventivos – Comando de Saúde Rodoviário – CSR, com fito em prestar atendimento ambulatorial aos usuários da rodovia com foco nos motoristas profissionais, conforme cronograma abaixo:

QUADRO XXIX – COMANDO DE SAÚDE RODOVIÁRIO REALIZADOS EM 2011

Evento	Local	Data	Efetivo PRF	Efetivo externo	Total alcançado de Motoristas
1º CSR	BR 174 – km 512 – Uop Água Boa	11/05/2011	9	13	48
2º CSR	BR 174 – km 491 – Uop Água Boa	17/08/2011	8	14	51
3º CSR	BR 174 – km 491 – Uop Água Boa	01/12/2011	7	11	49

Fonte: NPF

Os recursos empenhados nesta Ação, conforme Quadro XXVIII, envolvem despesas com aquisição de material para dar suporte aos CSRs, tais como fitas reagentes e 3 monitores portáteis para análise do quantitativo de triglicerídeos, colesterol e glicose, 3 balanças antropométricas e 2 oxímetros portáteis. Além disso foram realizadas despesas com a manutenção/conserto de equipamentos de medição de aptidão física da marca RAIZAMED, modelo RZ 2000 PLUS.

Os eventos são realizados com periodicidade trimestral, aproximadamente, de acordo com a programação definida pela Divisão de Saúde do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DISAS/DPRF/MJ e SEST/SENAT, por força de termo de cooperação técnica para tal finalidade.

No exercício 2011 foram realizados 03 (três) CSRs. Tais eventos fazem parte de um conjunto de ações voltadas para a redução dos acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, por meio de atividades conjuntas com o SEST/SENAT. Essas ações visam detectar e alertar motoristas profissionais sobre alterações nos parâmetros de saúde que podem dificultar e até impedir a condução de veículos automotores; além de educar e orientar a esses usuários quanto a questões relacionadas à saúde e ao trânsito.

Os CSRs consistem em uma bateria de exames, como aferição de pressão arterial, peso, altura, glicemia e colesterol, aferição de acuidade visual e auditiva, campo visual, distinção de cores, aferição de força manual e cálculo de índice de massa corpórea. Todos esses exames são precedidos de um preenchimento de ficha de controle e pesquisa e breve entrevista, para consulta/entrevista e análise de profissional médico (parte conclusiva da ação local), finalizando assim o circuito ao qual é submetido o examinado – motorista.

Somando-se as ações de análise e diagnóstico acima elencadas, foram realizadas, simultaneamente, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde, em pelo menos duas das três ações ao longo do ano de 2011, vacinações contra febre amarela, hepatite B, tríplice viral entre outras. A parceria com a Prefeitura Municipal de Boa Vista mostrou-se de grande importância para a consecução dos eventos, considerando os profissionais da área de saúde como médicos e demais técnicos cedidos que estiveram envolvidos nas atividades.

Todas as informações coletadas são compiladas e encaminhadas por relatórios à Divisão de Saúde do DPRF/MJ, para fins estatísticos e tomada de ações de cunho educativo e preventivo de acidentalidade nas rodovias e estradas federais de todo o país. Dentre os dados coletados durante os eventos, merecem destaque os referentes ao tabagismo, etilismo, medicamento impróprios e sonolência diurna, fatores estes de relevância para a análise do perfil do motorista profissional que circula pelas rodovias federais, transportando pessoas e cargas.

Uma das dificuldades encontradas para a realização e acompanhamento dessas ações no âmbito Regional é a falta de um quantitativo maior de servidores capacitados à operar equipamentos utilizados nos Comandos de Saúde Rodoviário, que ainda figura como entrave ao aumento da amplitude do número de usuários atingidos pela referida ação. Destacando-se que tal situação foge ao controle desta unidade, uma vez que o efetivo total de servidores apresenta-se, senão menor, em igual número a anos anteriores e com uma carga bem maior de atribuições o que

impossibilita até mesmo uma capacitação de pessoal no sentido de suprir tal deficiência.

Inferindo-se ainda, que a reduzida força de trabalho lotada na atividade administrativa do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, inviabiliza a efetividade do tratamento dos dados correlacionados aos Comandos de Saúde Rodoviários em nível Regional, fragilizando assim o alcance potencial das ações de cunho preventivo e educativo desenvolvidas nesses eventos de iniciativa do DPRF/MJ.

Outra atividade realizada no 5ºDRPRF/RR durante o exercício 2011 que se utiliza dos equipamentos que dão suporte aos CSRs é a Patrulha da Saúde, uma iniciativa dos nossos gestores regionais do Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável – Prosserv. A Patrulha da Saúde foi realizada na Sede do Distrito no dia 13 de dezembro de 2011, tendo início às 08h00 e término às 12h00. O evento contou com a participação dos gestores do Prosserv, das chefias do Distrito e dos Núcleos, bem como a participação do médico, dos servidores administrativos, estagiários, equipe do SEST/SENAT e massoterapeuta do GEAP, além de servidores de outras Regionais que estavam em viagem a serviço e levaram consigo uma ótima impressão desta iniciativa.

As atividades da Patrulha da Saúde 2011, iniciaram-se com um mês de antecedência com a chegada do material necessário para a realização dos testes, que viabilizou o treinamento da equipe no manuseio dos equipamentos e preenchimento de formulários, tendo sido realizado com custo zero para a Regional.

No dia do evento, a participação dos servidores inicialmente foi tímida e desconfiada, em razão de ser a primeira Patrulha da Saúde dos Servidores na Regional, mas, à medida que eventos foram sendo realizados, o ambiente ficou descontraído e animado, na dinâmica da evolução das Estações.

Tivemos a colaboração da Equipe de Comando da Saúde do SEST/SENAT, que além de participar com os profissionais nas áreas de medicina, psicologia e educação física, também participou ativamente na execução dos atos de algumas estações, o que também motivou os funcionários deste DPRF/RR a participarem do evento.

O evento teve como ponto alto a participação do massoterapeuta da GEAP, que foi de extrema importância para trazer relaxamento e descontração, despertando nos servidores o desejo que seja implantado na regional este tipo de serviço, bem como as atividades de ginástica laboral feita por profissional da educação física, visando o bem-estar do servidor.

Em conversa com a psicóloga responsável pela avaliação psicológica, apesar de ter sido rápida e dinâmica, a mesma informou que detectou a necessidade de acompanhar alguns servidores que aparentemente demonstraram certo nível de ansiedade, alguns pelos exercício da função e outros pela expectativa de remoção.

Ao final de todas as estações, os servidores realizaram testes de glicemia, triglicérides, colesterol, aferição de pressão arterial, gordura corporal, oxigenação, peso, altura, circunferências abdominal e cervical, acuidade visual, força manual, IMC, avaliações psicológica e médica.

Apesar da inexperiência dos gestores do Prosserv, da dificuldade da falta de efetivo observamos que o resultado da Patrulha da Saúde 2011 foi muito positivo, pois trouxe motivação e despertamento para que os servidores atentassem mais para sua própria saúde, como pude ouvir de alguns servidores, bem como a consciência de que a Administração da PRF, com o seu Projeto Prosserv, está mais atenta à saúde e ao bem estar do servidor, trazendo mais motivação.

Detectamos algumas deficiências, mas estas nos deram experiência para que o próximo evento seja realizado com mais eficiência, visando um alcance maior para todos os servidores.

Em eventos futuros, pretendemos incluir um café da manhã como motivação para a participação maciça do efetivo, bem como uma melhor divulgação e estender para um dia inteiro de realização do “Patrulha da Saúde 2012”.

2.3.2.6. AÇÃO 2000 – Administração da Unidade

Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Administrativa Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XXX – PI 1403CGA (DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGA)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.483,21	1.483,21	1.483,21
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	1.376,69	1.376,69	1.376,69
Subtotal		2.859,90	2.859,90	2.859,90

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XXXI – PI 1403CGO (DIARIAS ADMINISTRATIVAS – CGO)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	755,65	755,65	755,65
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	1.627,79	0,00	0,00
Subtotal		2.383,44	755,65	755,65

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XXXII – PI 1403CGPLAM (DIARIAS ADMINISTRATIVAS CGPLAM)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
---------------------	--	-----------------	-----------	---------------

33901414	DIARIAS NO PAIS	3.826,25	3.826,25	3.826,25
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	5.497,17	5.497,17	5.497,17
	Subtotal	9.323,42	9.323,42	9.323,42

Fonte: *Siafi Gerencial*

QUADRO XXXIII – PI 1403RT (DIARIAS E PASSAGENS REUNIOES DE TR) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.728,99	1.728,99	1.728,99
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	1.638,75	1.638,75	1.638,75
	Subtotal	3.367,74	3.367,74	3.367,74

Fonte: *Siafi Gerencial*

QUADRO XXXIV – PI 1403S (GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	6.422,31	6.422,31	6.422,31
33903004	GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	1.128,96	1.128,96	1.128,96
33903007	GENEROS DE ALIMENTACAO	3.480,66	2.715,26	2.715,26
33903016	MATERIAL DE EXPEDIENTE	9.727,23	6.616,98	6.616,98
33903021	MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.419,80	1.419,80	1.419,80
33903024	MATER. P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTAL.	127,40	127,40	127,40
33903026	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	378,93	378,93	378,93
33903028	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	537,80	0,00	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	11.480,32	11.062,55	11.062,55
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	46.883,20	20.138,63	20.138,63
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	361.653,99	325.679,20	325.679,20
33903901	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	468,00	0,00	0,00
33903916	MANUTENC. E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	6.091,00	5.270,00	5.270,00
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQ. E EQUIPAMEN.	20.150,67	20.150,67	20.150,67
33903925	TAXA DE ADMINISTRACAO	1.740,47	868,77	868,77
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	42.230,55	39.167,72	39.167,72
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	16.069,40	7.914,44	7.914,44
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	3.515,37	2.350,69	2.350,69
33903969	SEGUROS EM GERAL	2.422,51	2.422,51	2.422,51
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	1.904,22	1.224,72	1.224,72
33904710	TAXAS	1.083,22	1.083,22	1.083,22
33904722	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE ILUMIN PUB.	377,52	346,06	346,06
33909214	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	74,68	74,68	74,68
33909237	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	51.370,13	51.370,13	51.370,13
33913990	SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	12.206,24	3.774,60	3.774,60
44905230	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	835,00	0,00	0,00
44905242	MOBILIARIO EM GERAL	17.342,36	3.450,96	3.450,96
	Subtotal	621.121,94	515.159,19	515.159,19

Fonte: *Siafi Gerencial*

As despesas executas nesta ação destinam-se a manutenção das atividades meio desenvolvidas pela PRF, assim como, fornece os meios necessários para o salutar desenvolvimento da atividade fim. Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se: água encanada e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, imprensa nacional, concessão de bolsa de estágio, diárias administrativas, licenciamento da frota de veículos,

publicidade legal e terceirização.

Do total de recursos utilizados para atender despesas na Ação 2000, aproximadamente 5,36% correspondem a despesas com deslocamentos, incluídos diárias e passagens aéreas, e foram utilizados para atender demandas originadas nesta Unidades, assim como demandas do DPRF/MJ.

Os maiores volumes de gastos referem-se despesas com contratação do serviço de limpeza e vigilância, com destaque para este último que corresponde a 58,22% do total despendido. Da mesma forma, foram utilizados recursos para atender despesas com locação de mão de obra de exercícios anteriores, num percentual de 8,27% do total desta ação.

Através desta ação foi executada despesa de investimento com a aquisição de mobiliário para atender a demanda da Unidade, num valor percentual de 2,79%.

Da mesma forma, as outras despesas, não menos importantes, atenderam as demais demandas da atividade meio desenvolvida por esta Unidade.

Os reflexos da carência de efetivo não são privilégio desta ação, dado que o volume de atividades a serem desenvolvidas em um procedimento licitatório para a contratação de serviços terceirizados, por exemplo, demandam tempo, envolvem várias pessoas e requerem a atuação de servidor com conhecimentos na área de compras públicas. Os reflexos continuam na designação de servidor para acompanhamento do contrato e aplicação do que foi avençado e do que consta nos respectivos normativos que regem a matéria. No entanto, dentro das limitações de efetivo, atendemos as demandas de competência desta ação, proporcionando, assim, condições satisfatórias de trabalho para todos setores deste 5ºDRPRF/RR.

2.3.2.7. 12OM – Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014

Finalidade	Desenvolver e implementar plano estratégico de ações de segurança pública necessárias à garantia de realização da Copa do Mundo Fifa de 2014 no Brasil.
Descrição	Aparelhamento das instituições de segurança pública (órgãos policiais, corpos de bombeiros militares, estrutura e tecnologia de segurança pública e reestruturação e modernização da perícia forense). Educação e valorização profissional (instrução e capacitação dos profissionais de segurança pública). Polícia comunitária e atendimento ao turista (ações de policiamento comunitário e ao turista). Segurança aeroportuária e polícia de imigração (inteligência e prevenção ao terrorismo, polícia de imigração, policiamento em áreas de fronteiras e segurança aeroportuária).
Unidade Administrativa Responsável	Secretaria Nacional de Segurança Pública

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XXXV – PI 5001CM (PREP. EMPR. FORCA NAC. SEG. PUB. P/ OS JOGOS) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	4.174,27	4.174,27	4.174,27
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	5.135,36	5.135,36	5.135,36
44905224	EQUIP. DE PROTECAO, SEGU. E SOCORRO	26.970,32	0,00	0,00
Subtotal		36.279,95	9.309,63	9.309,63

Fonte: Siafi Gerencial

Da análise da tabela verificamos que 74,35% do valor total empenhado refere-se à aquisição de 40 coletes balísticos, o que, juntamente com os outros 28 coletes adquiridos na Ação 2723, irá suprir toda a nossa necessidade, inclusive nos deixando com um estoque de coletes suficiente para suprir a provável vinda de novos servidores policiais que irão crescer o nosso

efetivo.

As diárias e passagens constantes nesta Ação são atribuídas à vinda de 2 servidores da 14ªSRPRF/PB com experiência na área de rádio telecomunicação, já que em nossa Regional não dispúnhamos de servidor com tal experiência, para providenciarem a instalação de antenas e demais equipamentos viabilizando a utilização de um link no topo de um edifício localizado em Boa Vista-RR que nos foi cedido o uso a título gratuito.

O alcance do nosso sinal de rádio sempre foi uma reclamação do efetivo, sendo que tal medida amenizou em parte esta nossa deficiência, já que, após instalado o link, foram realizados testes na BR-174 Norte e Sul e na BR-401 e constatou-se um grande aumento na área de cobertura do sinal em todas as direções na comunicação entre viatura e o P03 – Água Boa.

2.3.2.8. 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade Administrativa Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XXXVI – PI 1406CEL (SERVICO DE TELEFONIA MOVEL)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	15.293,85	8.374,38	8.374,38
	Subtotal	15.293,85	8.374,38	8.374,38

Fonte: Siafi Gerencial

QUADRO XXXVII – PI 1406TD (TRANSMISSAO DE DADOS)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	999,97	0,00	0,00
33903997	COMUNICACAO DE DADOS	3.245,95	3.245,95	3.245,95
	Subtotal	4.245,92	3.245,95	3.245,95

Fonte: *Siafi Gerencial*

QUADRO XXXVIII – PI 1406TEL (SERVICO DE TELEFONIA)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	16.187,67	14.605,37	14.605,37
Subtotal		16.187,67	14.605,37	14.605,37

Fonte: *Siafi Gerencial*

QUADRO XXXIX – PI 1406TIM (MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TI) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.816,70	6.577,50	6.577,50
44905206	APARELHOS E EQUIPAM. DE COMUNICACAO	7.702,00	0,00	0,00
44905235	EQUIPAM. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	34.782,00	0,00	0,00
44905255	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	11.898,00	0,00	0,00
Subtotal		64.198,70	6.577,50	6.577,50

Fonte: *Siafi Gerencial*

No exercício de 2011, nesta ação, no que diz respeito a serviços, a unidade contratou serviço de telefonia fixa (local e longa distância), telefonia móvel e transmissão de dados através de celular para o sistema de fiscalização de veículos através de dispositivos móveis (Sistemas Móveis DPRF). Tais serviços são indispensáveis ao desempenho das diversas atividades administrativas (telefonia local e longa distância, tanto fixa quanto móvel) e finalísticas (transmissão de dados) do DPRF.

Da análise dos Quadros temos que os gastos com telefonia e transmissão de dados alcançam o valor total de R\$ 35.727,44, ou seja, 35,75% do valor total empenhado na Ação que é de R\$ 99.926,14.

Ainda na área de telefonia, foram adquiridos 20 aparelhos telefônicos digitais IP voip de modo a melhorar e ampliar o parque atual. Com isso, todos os servidores da área administrativas terão a sua disposição um telefone voip, o que certamente gerará uma economia nos gastos com telefonia deste Distrito. Os investimentos realizados nesse sistema de telefonia digital trouxeram, além da economia nos gastos com telefonia, o benefício do controle da sua utilização, identificando quem faz a ligação e quanto tempo ela durou.

Foram adquiridos também, cilindros, toner e cartuchos de tinta para as diversas impressoras em operação no 5ºDRPRF/RR, garantindo assim o operação destes equipamentos indispensáveis a nossa atividade, além de 35 pen drive de 8Gb que forma distribuídos um a cada policial, facilitando, desta forma, a portabilidade de documentos e arquivos inerentes as suas atribuições.

Finalmente, adquiriu-se 1 rack 42U, 9 switch gerenciáveis (sendo 5 com 8 portas e 4 com 24), 20 computadores e 10 monitores LCD (a princípio seriam de 17”, mas após negociação com o fornecedor passaram a ser de 21” sem acréscimo no preço), equipamentos que modernizarão nosso parque tecnológico, dando suporte e condições para um bom andamento dos serviços na área de informática e permitindo também, que todos os servidores da Sede tenham um computador exclusivo para o seu uso, sem a necessidade, a priori, de compartilhá-lo com outros.

Os gastos com cartuchos, toner, cilindros de impressão, rack, telefones Voip, computadores, monitores e switch representam 64,25% do valor total empenhado na Ação e estão constando no Quadro XXXIX.

2.3.2.9. AÇÃO 2346 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

Finalidade	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.
Descrição	Promoção de licitações e atos de delegação de permissão ou autorização dos serviços e ainda permanente fiscalização da prestação do serviço delegado, visando coibir o transporte irregular, aplicando penalidades, procedendo à revisão de tarifas e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados.
Unidade Administrativa Responsável	ANTT

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XL – PI 2NFDA058 (FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOR – NACIONAL) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.692,69	1.692,69	1.692,69
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	4.330,48	0,00	0,00
Subtotal		6.023,17	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

As diárias utilizadas nesta Ação estão relacionadas ao Comando Temático – Comando Transporte de Passageiros e de Cargas, relacionado no Quadro XXV, que ocorreu entre os dias 19 e 22 de dezembro de 2011 na cidade de Pacaraima-RR. Trata-se de uma operação conjunta com fiscais da ANTT, conforme Convênio nº 004/2006, da qual participaram 3 PRFs. Nela foram intensificadas as fiscalizações de transporte coletivo de passageiros e de transporte de cargas, visando coibir irregularidades referentes a equipamentos obrigatórios, cintos de segurança, habilitação dos condutores, habilitação e regularidade das empresas e autônomos que realizam o transporte, à entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, excesso de peso, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio, entre outros.

Com recursos desta Ação foram adquiridas 152 calças operacionais para distribuição aos PRFs. Como na Ação seguinte também foram adquiridas calças operacionais, condensamos os comentários na próxima Ação.

2.3.2.10. Ação 2347 – Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de

autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

Unidade Administrativa Responsável ANTT

Fonte: SIGPlan

No exercício 2011 foi utilizado o seguinte quantitativo de recursos nesta ação, classificado de acordo com o Plano Interno (PI) e Natureza de Despesa Detalhada (NDD):

QUADRO XLI – PI 2NFDA058 (FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOR – NACIONAL) Valores em R\$ 1,00

Natureza da Despesa		Total Empenhado	Liquidado	Valores Pagos
33903023	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	8.532,52	0,00	0,00
	Subtotal	8.532,52	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

Com os recursos desta Ação foram adquiridas 190 gandolas, 190 camisetas azuis e 38 calças operacionais, que somadas às adquiridas na Ação anterior, perfaz um total de 190 calças operacionais.

Com estas aquisições, cada PRF lotado no 5ºDRPRF/RR, receberá 5 peças de cada item, ou seja, 5 gandolas, 5 calças operacionais e 5 camisetas azuis, além do colete balístico, botas táticas e jaqueta de couro já comentadas. Resumindo, os PRFs terão a sua disposição fardamento completo e em quantidade suficiente para permanecerem sempre protegidos das intempéries e dos perigos inerentes a nossa atividade fim, além de ficarmos com estoque para repor eventuais danos que possam ocorrer nas peças utilizadas.

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

O 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem UGO consolidada ou agregada.

2.4.2. Programação de Despesas Correntes

O 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício 2011.

2.4.3. Programação de Despesas de Capital

O 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício 2011.

2.4.3.1. Quadro Resumo da Programação de Despesas

O 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício 2011.

2.4.3.2. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO XLII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	-----	0,00	0,00	0,00	
	Recebidos	200109	2012114122007387870001	0,00	0,00	1.081,41
		200109	3010706128066325240001	0,00	0,00	47.049,72
		200109	3010706181066327230001	0,00	0,00	306.378,41
		200109	3010706183066328160001	0,00	0,00	1.836,46
		200109	3010706181066342900001	0,00	0,00	6.150,08
		200109	3010706122075020000001	0,00	0,00	620.879,08
		200109	3091106181112712OM0001	0,00	0,00	9.309,63
		200109	3010706181138686980001	0,00	0,00	45.544,14
		200109	3925026125146323460001	0,00	0,00	6.023,17
200109	3925026125146323470001	0,00	0,00	8.532,52		
Movimentação Externa	Concedidos	-----	0,00	0,00	0,00	
	Recebidos	-----	0,00	0,00	0,00	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimen	Concedidos	-----	0,00	0,00	0,00	

tação Interna	Recebidos	200109	3010706181066327230001	20.044,00	0,00	0,00
		200109	3010706181066342900001	6.833,98	0,00	0,00
		200109	3010706122075020000001	18.177,36	0,00	0,00
		200109	3091106181112712OM0001	26.970,32	0,00	0,00
		200109	3010706181138686980001	54.382,00	0,00	0,00
Movimen tação Externa	Concedidos	-----	-----	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	-----	-----	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial. Esta UJ apenas executa as ações que são geridas pelo DPRF.

2.4.4. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em dois (2) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ:
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:
 - a. Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos reside no fato de o primeiro se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

2.4.4.1. Execução Orçamentária de Créditos originários do 5ºDRPRF/RR

O 5ºDRPRF/RR não é UO e não tem, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício 2011.

2.4.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo 5ºDRPRF/RR por Movimentação

Demonstrativo que contempla a mesma estrutura de informações do item anterior, a diferença é que esse se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJs que tenham sido beneficiárias desses créditos. Os quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado a esta execução orçamentária estão exibidos nos 3 itens subsequentes.

2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO XLIII – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010

Modalidade de Licitação	531.709,96	759.141,58	284.807,42	759.141,58
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	531.709,96	759.141,58	284.807,42	759.141,58
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	483.818,38	105.432,39	453.769,25	104.952,01
Dispensa	416.733,76	66.441,64	411.163,89	66.441,64
Inexigibilidade	67.084,62	38.990,75	42.605,36	38.510,37
Regime de Execução Especial	806,33	958,42	806,33	958,42
Suprimento de Fundos	806,33	958,42	806,33	958,42
Pagamento de Pessoal		81.001,87		81.001,87
Pagamento em Folha				
Diárias	158.899,68	81.001,87		81.001,87
Outras	3.957,93	5.795,44	162.826,15	5.795,44

Fonte: Siafi Gerencial

Analisando o quadro acima, verificamos um ponto fundamental que merece ser discutido mais profundamente. Percebemos que, apesar do pregão eletrônico ainda ser a modalidade de licitação na qual mais valores são empenhados, este valor total foi bastante reduzido em relação ao exercício 2010, perdendo cerca de 30% do volume total de despesas liquidadas, enquanto que nas contratações diretas neste mesmo total de despesas liquidadas ocorreu um acréscimo de quase 360%, atingindo quase o mesmo nível do pregão eletrônico. Mesmo sendo um fato atípico existe uma explicação lógica para o fato. Sabemos que os gastos com a prestação de serviço de vigilância são os mais vultosos deste Distrito, correspondendo em 2011 a cerca de 35% de todos os gastos da unidade. Em análise ao Relatório de Gestão de 2010, acompanhamos a dificuldade em se contratar este serviço e ao mesmo tempo se atender ao determinado no Acórdão nº 1081/2010 - TCU – Plenário, o que provocou a contratação direta do mesmo por meio de dispensa de licitação e, como tal contratação foi realizada no final do exercício 2010, seu impacto foi gerado durante o exercício 2011 como vemos nos dados do quadro supra. Porém, no final do exercício 2011 o mesmo serviço foi regularmente contratado por meio de pregão eletrônico o que certamente provocará um efeito contrário nas informações no Relatório de Gestão do próximo exercício, reduzindo bruscamente as despesas com contratação direta e aumentando as com pregão eletrônico.

2.4.5. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO XLIV – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR					RELATÓRIO DE GESTÃO 2011			
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	1.233.224,63	736.136,07	1.052.784,62	631.767,97	154.026,43	104.368,10	898.758,19	631.287,59
1º Elemento 2010 e 2011 (339037 – Locação de Mão-de-obra)	408.544,19	258.546,08	408.537,19	251.271,70	62.719,36	7.274,38	345.817,83	251.271,70
2º Elemento 2010 e 2011 (339039 - Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica)	234.715,87	194.981,77	186.684,33	132.851,55	39.347,21	62.130,22	147.337,12	132.371,17
3º Elemento 2010 e 2011 (339030 – Material de consumo)	270.959,35	130.369,62	169.454,87	103.123,91	44.059,48	27.245,71	125.395,39	103.123,91
Demais elementos do grupo	319.005,22	152.238,6	288.108,23	144.520,81	7.900,38	7.717,79	280.207,85	144.520,81
<i>Fonte: Siafi Gerencial</i>								
Do quadro acima constatamos que o volume de recursos disponibilizados para outras								
Sumário Pág. 64								

despesas correntes aumentou em todas as colunas analisadas e, em especial, em mais de 60% nas despesas liquidadas e 47% nos restos a pagar não processados, ou seja, mais recursos foram disponibilizados ao 5ºDRPRF em despesas correntes. Porém também concluímos que a diferença entre os valores pagos e despesas liquidadas aumentou, como também os restos a pagar não processados. Tal fato ocorreu devido ao contingenciamento dos recursos que em grande parte só foram disponibilizados já no final do exercício 2011, inclusive já no último dia liberado para emissão de empenhos. Com isso, muitas aquisições foram feitas no final de dezembro de 2011, ficando os fornecedores sem tempo hábil para entregar os bens adquiridos em nossa Regional.

2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

QUADRO XLV – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4- Investimentos	127.606,66	1.083.417,98	126.407,66	320.561,73	122.956,70	762.856,25	3.450,96	320.561,73
1º Elemento 2010 e 2011 (449052)	127.606,66	1.078.369,65	126.407,66	315.513,40	122.956,70	762.856,25	3.450,96	315.513,40
2º Elemento 2010 (449051)	0,00	5.048,33	0,00	5.048,33	0,00	0,00	0,00	5.048,33
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

Do quadro anterior confirmamos uma vertiginosa redução do volume de recursos disponibilizados ao 5ºDRPRF/RR para despesas de capital do grupo investimentos, com as despesas empenhadas tendo uma redução de quase 90%. Esta redução se justifica porque no exercício 2010 a nossa frota de viaturas foi renovada com a aquisição novos modelos e, como no exercício 2011 não houve aquisição de viaturas, o declínio no volume de recursos foi inevitável. Salientamos que as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo DPRF, cabendo as suas Unidades apenas a efetivação da aquisição.

As ações desta UJ voltam-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições mínimas para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do DPRF. Desta forma, diante do reduzido volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do DPRF, esta UJ não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos orçamentários para execução das ações. Porém às vezes não somos atendidos como aconteceu no final do exercício 2011 quando pleiteávamos recursos para adquirir os coletores seletivos de resíduos recicláveis, no-breaks, bandeiras e material de consumo para informática e não fomos atendidos por insuficiência de verbas. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo, pois durante a maior parte do exercício 2011, apenas um servidor ficou responsável por dar continuidade a todos os processos de aquisição de serviços e materiais em nossa Regional.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a este 5ºDRPRF/RR, como no desempenho das atividades meio, que servem de suporte à atividade fim. Em decorrência, temos a acumulação de várias atribuições por uma única pessoa, além desta ter que cumprir convocação para escalas extra de serviço na atividade fim. Some-se a isto os afastamentos para tratamento de saúde, os afastamentos para gozo de férias, as remoções, dentre outras ausências verificadas no exercício sob exame.

2.4.7. Indicadores Institucionais

Para o exercício 2011, consoante com a necessidade desta Unidade Jurisdicionada em elencar informações para mensurar a eficiência e eficácia do serviço prestado a sociedade, mais especificamente de forma micro o 'valor' do trabalho de cada policial; foi elaborada a Instrução de Serviço nº 02/2011/5ºDRPRF/RR, publicada em Julho do exercício em questão, com a finalidade de regular a Avaliação de Desempenho Individual para os servidores que trabalham na atividade operacional, além de outras providências necessárias. Considerando que a avaliação contínua é uma das etapas essenciais do processo de Gestão Pública, uma vez que dá a possibilidade de verificação de atingimento dos objetivos frente às diretrizes traçadas.

O referido instrumento normativo demonstra a busca da Regional por cumprir as metas

referentes à Taxa de Acidentes, Mortalidade, Percepção de Segurança e Procedimentos de Fiscalização estabelecidas pelo DPRF, conforme previsão contida no Plano Plurianual (PPA 2008-2011), atualizadas pela Portaria nº 45/2011/DG/DPRF/MJ.

A sistemática de mensurabilidade adotada para o acompanhamento do desempenho dos servidores da atividade Operacional desta Regional deu-se conforme fórmula a seguir:

$$ADI = \frac{(\sum P_{pos} - \sum P_{neg})}{H}$$

onde:

ADI – avaliação de desempenho individual de cada policial em serviço operacional; é o “resultado” de pontos do policial no mês considerado, proporcionalmente a quantidade de horas efetivamente trabalhadas.

P_{pos} – pontos positivos de cada procedimento;

P_{neg} – pontos negativos de cada procedimento;

H – número de horas em trabalho operacional do policial avaliado no mês.

As pontuações positivas e negativas a que a fórmula se refere estão detalhadas na IS 02/2011, considerando a complexidade de execução de cada procedimento, sua importância para o cumprimento da meta estabelecida para a Regional, mas sobretudo a diminuição dos fatores que influenciam a problemática do trânsito rodoviário e o aumento da segurança oferecida a sociedade de modo geral.

Todos os procedimentos realizados no serviço operacional são registrados em formulário próprio ou em sistema informatizado corporativo, os quais geram pontuação positiva ou negativa. Estes registros alimentam mensalmente planilha própria, a qual subsidia a Avaliação de Desempenho Individual (ADI).

De posse do resultado da ADI, é elaborada uma lista de classificação em ordem decrescente de produtividade, sendo tal lista levada ao conhecimento dos servidores, com o intuito de buscar a auto-avaliação e consequente entendimento de sua participação no processo de gestão das atividades de segurança pública de nossa competência.

Os resultados obtidos na ADI ao longo do período, são utilizados, conforme previsão na normativa que a regulamenta, para a escolha do período de férias, montagem da escala de Serviço Operacional, elaboração de comandos e operações específicas, além de outras demandas relacionadas aos servidores da atividade fim.

Conforme os dados e elementos apresentados na ‘AÇÃO 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais’ do presente Relatório, os índices obtidos em apenas cerca de 6 (seis) meses de implantação da referida sistemática de avaliação já são bastante promissores, devendo servir de base para o planejamento das ações vindouras e orientação dos atos da Gestão Operacional no âmbito desta UJ.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

durante o exercício 2011.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIO ANTERIORES

Neste item serão relacionadas as informações quantitativas sobre o pagamento de Restos a Pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício.

4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O Quadro XLV abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício 2011, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2011, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir:

QUADRO XLV – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	480,38	480,38	0,00	0,00
2009	151,85	151,85	0,00	0,00
2008	250,40	250,40	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	867.224,35	19.557,22	841.314,59	6.352,54

Observações:

Fonte: Siafi Gerencial

4.2. ANÁLISE CRÍTICA

Contribui para aumento dos valores inscritos em de restos a pagar o incremento no volume das aquisições decorrentes da disponibilização de recursos que invariavelmente ocorre no final do exercício, de tal forma que os prazos para que os respectivos fornecedores cumpram suas obrigações se estendem ao exercício seguinte.

A manutenção de saldo na conta de restos a pagar ao longo do exercício, geralmente decorre de fatos alheios a vontade da administração, dentre os quais podemos citar a demora, por parte dos fornecedores, na entrega das respectivas aquisições, a não disponibilização das respectivas faturas no exercício imediatamente seguinte ao da prestação dos respectivos serviços, como no caso das concessionárias de serviço público. Em casos extremos, ocorre o não cumprimento de suas obrigações por parte de fornecedores, como é o caso do valor referente a Saldo a Pagar em 31/12/2011 de Restos a Pagar não Processados que, não sendo cancelado no exercício de 2011, o foi no início do exercício de 2012.

Em regra geral, como forma de reduzir o saldo, bem como o seu prolongamento na conta de restos a pagar, esta Unidade intervêm junto a seus fornecedores objetivando a disponibilização das aquisições de acordo com os prazos estabelecidos. Com o mesmo intuito, após processado o respectivo pagamento, é efetuado o cancelamento do saldo remanescente do valor inscrito em restos a pagar de forma estimada e que se destinaram-se a atender despesas cujo valor exato não é possível conhecer previamente, a exemplo do que ocorre com os serviços prestados por concessionárias de serviços públicos.

Os valores correspondentes a Restos a Pagar Processados, referem-se a despesas que foram pagas tempestivamente através de documentos diversos daqueles que geraram saldo na conta de Restos a Pagar Processados. Com o auxílio da Setorial Contábil do Ministério da Justiça, o saldo da referida conta foi cancelado no exercício de 2011.

Os pagamentos das despesas inscritas em restos a pagar de exercícios anteriores ocorreram de acordo com a disponibilização dos recursos financeiros por parte do DPRF, não se verificando prejuízos na execução do orçamento do exercício em referência no âmbito desta Unidade.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

Neste item serão discorridas informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos do 5ºDRPRF/RR, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à nossa própria administração a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica.

5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição do 5ºDRPRF/RR

QUADRO XLVII – FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	42	42	2	3
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	42	42	2	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	42	42	2	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3 Total de Servidores (1+2)	42	42	2	3

Fonte: SIAPE

5.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO XLVIII – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	3

Fonte: SIAPE

5.1.3. Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Unidade Jurisdicionada

QUADRO XLIX – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	1	1	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício	0	0	0	0

descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	4	4	4	4
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	4	4
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	5	5	5

Fonte: SIAPE

5.1.4. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO L – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	6	19	9	7	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	6	19	9	7	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	6	19	9	7	0

Fonte: SIAPE

5.1.5. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO LI – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	14	22	6	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	14	22	6	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	14	22	6	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: NAP

5.2. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.2.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO LII – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	1	0

Fonte: SIAPE

5.2.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO LIII – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	3	0
3. Total (1+2)	3	0

Fonte: SIAPE

5.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO LIV – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	1	1	1	5.952,00

1.1 Área Fim	0	0	0	0	-
1.2 Área Meio	1	1	1	1	5.952,00
2. Nível Médio	5	5	5	5	20.100,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	-
2.2 Área Meio	5	5	5	5	20.100,00
3. Total (1+2)	6	6	6	6	26.052,00

Fonte: SIAPE

5.4. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO LV – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	3.763.949,07	30.680,27	509.445,45	155.933,50	179,04	136.495,14	386.740,47	0,00	9.654,04	4.993.076,98
	2010	3.501.867,11	29.833,12	473.439,50	136.034,28	179,08	75.597,33	380.189,78	180,60	0,00	4.597.320,80
	2009	3.084.520,23	29.746,54	465.800,53	170.492,30	59,72	34.123,49	323.232,84	0,00	21,36	4.107.997,01
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Planilhas SOFIP/CGRH/DPRF/MJ

5.5. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

5.5.1. Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há ocorrência de servidores terceirizados nesta unidade jurisdicionada entre os exercícios 2009 a 2011.

5.5.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não há autorizações expedidas pelo MPOG para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

5.5.3. Informações Sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade
 QUADRO LVI – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - Roraima													
UG/Gestão: 200232/00001							CNPJ: 00.394.494/0137-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	10262265/0001-11	27/06/2011	26/06/2012	4	4	-	-	-	-	A
2011	V	O	09/2011	02692187/0001-67	28/11/2011	27/11/2012	8	8	-	-	-	-	A
Observações: x-x-x													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Dossiê de Fiscalização.

5.5.4. Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não existe locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do DPRF no âmbito do 5ºDRPRF/RR.

5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Não há indicadores desenvolvidos ou atribuídos a esta regional pela unidade central do DPRF/MJ para a área de recursos humanos.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO 2011

Não ocorreram transferências nessas modalidades no exercício 2011.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, ROMMEL PESSOA DANTAS, CPF nº 652.799.485-00, Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro, exercido no 5ºDRPRF/RR declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Boa Vista-RR, 23 de março de 2012.

ROMMEL PESSOA DANTAS

CPF nº 652.799.485-00

Chefe do NAF/5ºDRPRF/RR

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO LVII – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar	Situação em relação às exigências da Lei nº	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR
---	---	--

a DBR	8.730/93	Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	4	4	5
	Entregaram a DBR	4	4	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Arquivo do NAP/5º DRPRF-RR

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

Os servidores desta UJ cumpriram com as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, referentes ao exercício de 2011.

A unidade interna responsável por gerenciar a recepção, tratamento e arquivo das DBR desta UJ é o Núcleo de Administração de Pessoal, não havendo sistema informatizado desenvolvido para este fim.

Na busca de racionalizar os procedimentos na área de gestão de pessoal, com a redução do número de papéis constantes em arquivo e aumento da segurança da informação para os servidores, desburocratizando a apresentação da declaração de bens e valores (art. 13 da Lei nº 8.429/92 e no art. 1º da Lei nº 8.730/93), atualmente, todos os servidores desta UJ autorizaram o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298/2007).

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO 5ºDRPRF/RR.

QUADRO LVIII – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: No âmbito desta UJ não existe unidade de controle interno. As respostas consideram apenas os procedimentos internos da UJ.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O quadro LVIII abaixo trata das informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental quando da aquisição de bens, materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do MPOG e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

QUADRO LVIX – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Os veículos são adquiridos através de compras centralizadas, realizada pelo DPRF/MJ em Brasília/DF.			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Aquisição de água mineral em garrações de 20 litros retornáveis.		x			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Afixação de adesivos em locais estratégicos da Regional visando a redução de energia elétrica.		x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Afixação de adesivos em locais estratégicos da Regional visando a redução de energia elétrica.		x			
<i>Considerações Gerais:</i> <i>Referente ao item 5 – Em 2011 foram empenhados 10 monitores LCD em substituição aos CRT que contribuem para diminuição do consumo de energia.</i> <i>Referente ao item 6 – No ano de 2010 a UJ adquiriu uma quantidade significativa de papel A4 reciclado, suficiente para atender a demanda de 2011.</i> <i>Referente ao item 11 – Entendemos que a opção 2 é a mais apropriada em razão da UJ, em conformidade com o Decreto 5.940/06, ter celebrado Termo de Compromisso com a Cooperativa dos Amigos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos do Estado de Roraima – UNIRENDA em 23/11/11. Todavia, apesar de estarmos com o processo de licitação pronto para ser deflagrado por meio de cotação eletrônica, por falta de recursos, não foi possível adquirir os depósitos apropriados para a coleta seletiva e as atividades de recolhimento por parte da UNIRENDA. Tal aquisição será uma das nossas prioridades no exercício 2012.</i>					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DO 5ºDRPRF/RR.

11.1. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO LX – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	RR	2
	BOA VISTA	2

SUBTOTAL BRASIL		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
SUBTOTAL EXTERIOR		0	0
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		2	2

FONTE: SPU/RR

11.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Nos exercícios 2010 e 2011 inexistiram bens imóveis locados de terceiros pelo 5ºDRPRF/RR.

11.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO LXI – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ Valores em R\$ 1,00

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200232	0301 00135.500-4	12	03	240,500,00	17/03/2011	1.487.217,33	0,00	427,40
200232	Não Há Registro (UOP03)	12	03	Não Há Registro	Não Há Registro	Não Há Registro	0,00	0,00
Total							0,00	427,40

Fonte: SPU/RR

No exercício 2011 inexistiram bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob a responsabilidade do 5ºDRPRF/RR.

O único imóvel que encontra-se no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – Spiunet é o edifício utilizado para o funcionamento da Sede Administrativa do 5ºDRPRF/RR, localizado a Rua Professor Diomedes, nº 764, São Vicente, Boa Vista-RR. No entanto, este imóvel é oriundo do extinto DNER, encontrando-se sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União – SPU em Roraima (UG 201034), a qual está em fase de conclusão dos procedimentos visando a transferência da dominialidade a este 5ºDRPRF/RR, sob o processo nº 05550.000095/2006-52.

A pendência existente para conclusão do processo de transferência estava na inexistência de levantamento topográfico correto, com a respectiva apresentação do memorial descritivo da área, questão que foi sanada com o apoio do 6ºBEC/EB/Roraima, o qual realizou todo serviço de levantamento e confecção de memorial descritivo da área do imóvel, para posterior encaminhamento à SPU/RR.

Cabe ressaltar, que a decisão de transferência do domínio ao 5ºDRPRF/RR por parte da SPU/RR encontra amparo na Nota Técnica nº 298/2010/MP/SPU/DEINC e no Parecer da Consultoria Jurídica da União nº 067/2011/CJU-RR/CGU/AGU.

A questão do uso compartilhado será sanada em momento oportuno, uma vez que se apresenta inviável dada a necessidade de implantação das normas relativas à segurança orgânica do órgão PRF, uma vez que se trata de instituição policial, não sendo aconselhável o compartilhamento em razão de suas especificidades.

A unidade operacional 01, anteriormente ocupada por esta UJ, se encontra desativada e em procedimento de devolução à SPU, apesar da existência de Termo de Cessão de Uso celebrado no ano de 1996, com o Governo do Estado de Roraima que a ocupava anteriormente com equipe da Polícia Militar, contudo, por se tratar de imóvel do extinto território federal, o imóvel em questão

está sob a administração da SPU/RR, portanto, a devolução do bem deverá ser tratada diretamente com aquele órgão federal e não com o Governo do Estado.

A unidade operacional 02, se encontra atualmente desativada, sem o policiamento diário em razão do reduzido efetivo e da redução de seu posicionamento estratégico após a conclusão do trecho denominado Anel Viário, o qual serve atualmente de rota alternativa de desvio do posto PRF 02, contudo, sua destinação está em fase de estudos a partir do provável aumento de efetivo com a realização de novos concursos e dentro das diretrizes da ENAFRON do Governo Federal que prevê a revitalização da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Roraima face sua localização estratégica com duas fronteiras internacionais.

Salientamos que a unidade operacional em questão, se apresenta na mesma situação da unidade operacional 01, ou seja, sob Termo de Cessão de Uso celebrado com o Governo de Roraima, sendo a que definição de sua utilização será tratada diretamente com a SPU/RR.

A Unidade Operacional 03 (Água Boa), localizada no KM 491, da BR174, encontra-se em situação de regularização junto a SPU/RR. Salientamos, ainda, que a UOP 03 não se encontra registrada no Spiunet.

O imóvel em questão vem sendo utilizado pelo 5ºDRPRF/RR desde o segundo semestre de 2008, quando a primeira fase das obras foi concluída. No entanto, apenas em 2010 a UOP 03 passou a ser ocupada em condições satisfatórias de trabalho, pois, somente ao final do exercício 2010 foi possível a instalação do sistema de enlace que estabeleceu a comunicação de dados e voz entre àquela unidade operacional e a sede administrativa do Distrito.

Informamos, por fim, que a regularização dos imóveis, em particular, as unidades operacionais, passam pela definição por parte do DNIT das respectivas faixas de domínio, somente após essa definição, poderá a SPU proceder aos trâmites legais para regularização dos respectivos imóveis conforme preceituado na Lei nº 9.636/1998 c/c Decreto nº 5.719/2006, os quais versam acerca das atribuições das Superintendências do Patrimônio da União.

As despesas de R\$ 427,40 com manutenção nas instalações da Sede do 5ºDRPRF/RR referem-se a prestação de serviço de conserto nas instalações hidráulicas existentes nos banheiros, feito em caráter emergencial e utilizando-se do cartão de crédito corporativo.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

Ressaltamos que compete a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização a gestão de todas as ações de TI no âmbito do DPRF, desta forma, compete a UJ apenas sua execução.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

QUADRO LXII – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR
Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 200232			Limite de Utilização da UG: R\$ 10.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Ubirajara Oliveira dos Santos	379.361.315-15	2.000,00	0,00	806,33	806,33
Total utilizado pela UG			0,00	806,33	806,33
Total utilizado pela UJ			0,00	806,33	806,33

Fonte: Siafi

QUADRO LXIII – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
2011	0	0,00	7	806,33	806,33
2010	0	0,00	6	958,42	958,42
2009	0	0,00	3	752,90	752,90

Fonte: Siafi

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não existem informações sobre renúncia tributária no âmbito do 5ºDRPRF/RR durante o exercício 2011.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO LXIV – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código Siorg
Departamento de Polícia Rodoviária Federal					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-020.396/2009-9 (REPRESENTAÇÃO)	Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara	1.4.1	DE	E-mail nº 18/AECI/GM-MJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código Siorg
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal					029305
Descrição da Deliberação:					
“1.4.1. determinar ao 5º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF/RR que, em eventuais repactuações e/ou futuras contratações de empresas especializadas na prestação de serviços terceirizados, não aceite na planilha de formação de preços a presença de "Reserva Técnica" e itens relativos à "Treinamento/Capacitação e/ou Reciclagem de Pessoal" no quadro de insumos, devendo justificar quaisquer necessidades excepcionais na execução dos serviços que importem em majoração/inclusão desses custos;”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código Siorg
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal					029305
Síntese da providência adotada:					
<ul style="list-style-type: none"> Realização de procedimentos licitatórios Pregões Eletrônicos 02/2011 e 03/2011 para contratação vigilância e limpeza, respectivamente, de acordo com o contido no Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara. 					
Síntese dos resultados obtidos					
<ul style="list-style-type: none"> Exito nas contratações pretendidas sem prejuízo do contido no Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara. 					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Pontos Negativos:					
<ul style="list-style-type: none"> O efetivo restrito e o grande número de demandas dificulta a participação de pessoal capacitado na elaboração e análise das planilhas de custos e formação de preços recebidas e/ou utilizadas nos certames da Unidade; 					

Pontos Positivos:					
<ul style="list-style-type: none"> Considerando que a determinação contida no Acórdão Nº 64/2010 - TCU - 2ª Câmara, esta prevista em edital, não houveram intercorrências para as contratações pretendidas. 					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código Siorg
Departamento de Polícia Rodoviária Federal					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-013.016/2009-1 (REPRESENTAÇÃO)	Nº 1081/2010 - TCU - Plenário	1.5.1	DE	E-mail nº 149/2010-AECI/MJ e Of. nº 393/2010-TCU/SECEX-RR
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código Siorg
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal					029305
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.5.1. ao 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal que, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 006/2009), celebrado com a empresa Union Security Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n. 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código Siorg
5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal					029305
Síntese da providência adotada:					
<ul style="list-style-type: none"> Promoção do Pregão Eletrônico 02/2011, onde o valor de referência adotado observou os limites máximos fixados pela Portaria SLTI/MPOG nº 40/2010. 					
Síntese dos resultados obtidos					
<ul style="list-style-type: none"> Apenas uma empresa participou do Pregão Eletrônico nº 02/2011 que foi a UNION SECURITY e venceu com lance final acima do valor de referência. 					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Pontos Negativos:					
<p>A segurança é um ponto sensível da Unidade, pois além da guarda dos bens de terceiros, também zela ininterruptamente pelos materiais de uso bélico/restrito de sua dotação, a exemplo de pistolas e outros armamentos. A pronta resposta proporcionada pela vigilância armada fez a Unidade considerá-la a única opção, descartando a fiscalização remota, realizada apenas com câmeras de vídeo.</p> <p>O mercado local é restrito, conforme aponta levantamento realizado junto ao Departamento de Polícia Federal – DPF, onde figuram somente as empresas TRANSVIG e UNION SECURITY como credenciadas a prestar o serviço em questão e, em complemento, apenas a segunda participou de nosso certame reduzindo ainda mais a competitividade. Estas empresas praticam preços superiores aos limites do Normativo da SLTI, conforme constatado junto a outros órgãos públicos locais, que promoveram certames de mesma natureza. Tal afirmação consta em nosso processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2011, onde foi realizada ampla pesquisa de mercado junto a diversos Órgãos Federais em Boa Vista e em todos os preços praticados estavam acima do teto limitado pela Portaria nº 10/2009/SLTI/MPOG.</p> <p>Em nenhum momento, a Unidade obteve orçamentos ou propostas com valores inferiores à Portaria nº 10/2009/SLTI/MPOG, fato que gerou a contratação com valores acima deste limite.</p> <p>Fracasso na realização de pregão eletrônico com registro de preços no qual iríamos assumir a condição de participante, junto com outros órgãos públicos, como alternativa para a adequação dos valores ora contratados aos limites impostos pela SLTI.</p>					
Pontos Positivos:					
<p>Apesar de não ser concluído com valores abaixo do teto estabelecido na Portaria nº 10/2009/SLTI/MPOG, a realização do Pregão Eletrônico nº 02/2011 deu ainda mais transparência e publicidade a nossa contratação, haja vista a última ter sido realizada por contratação direta, através de dispensa de licitação.</p>					

15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não existem deliberações do TCU pendentes no exercício 2011.

15.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.

Não houve recomendações da OCI no exercício 2011.

15.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não existem recomendações pendentes do OCI no exercício 2011.

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Inexiste unidade de controle interno na estrutura do 5ºDRPRF/RR.

PARTE B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELO 5ºDRPRF/RR



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
5º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RR		200232	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, a seguinte:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SE/MJ
Coordenador